

2011

PLANO DE SALVAGUARDA DO JONGO NO SUDESTE

Rio de Janeiro

14ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1 – MARCO REFERENCIAL.....	5
1.1 – O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	5
1.2 – REFLEXÕES SOBRE A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	8
1.3 – O INVENTÁRIO E O REGISTRO DO <i>JONGO NO SUDESTE</i>	10
2 – DIAGNÓSTICO	13
3 – PRIMEIRA PARTE DO PLANO INTEGRADO DE SALVAGUARDA: O PONTÃO DE CULTURA DO JONGO/CAXAMBU	17
3.1 - As ações desenvolvidas pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu no biênio 2008/2009 (1º convênio com o IPHAN)	21
3.2 - As ações desenvolvidas pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu no biênio 2009/2010 (2º convênio com o IPHAN)	23
3.3 - Ações previstas para 2011/2012 (3º convênio com o IPHAN).....	26
3.4 – Algumas observações sobre o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e as comunidades que o integram como forma de contribuição para a segunda etapa do Plano de Salvaguarda .	28
4 – ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE SALVAGUARDA DO JONGO NO SUDESTE DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	31
5 – PLANO DE SALVAGUARDA DO JONGO NO SUDESTE: AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO. ...	34
OBJETIVO GERAL.....	34
OBJETIVOS ESPECÍFICOS EM CADA UM DOS EIXOS	35
1 – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL.....	35
2 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA.....	40
3 – GESTÃO PARTICIPATIVA E SUSTENTABILIDADE	43
4 – DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXO 1 - Quadro 1 – Cronologia dos Encontros de Jongueiros e de fatos importantes que marcam a articulação das comunidades jongueiras e o reconhecimento do Jongo/Caxambu como Patrimônio Cultural do Brasil.	49
ANEXO 2 - Participantes da elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste.....	50
ANEXO 3 - Vídeo "Vida ao Jongo".....	58

Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste

APRESENTAÇÃO:

O Plano de Salvaguarda do **Jongo no Sudeste** apresenta singularidades que se relacionam com a dispersão territorial dos antepassados africanos dos atuais detentores deste patrimônio imaterial e suas formas de resistência, com o movimento de Encontros e Redes iniciado em 1996, com o estabelecimento de parcerias e vínculos institucionais e, por fim, com o desenvolvimento coletivo de ações de salvaguarda, nos últimos quatro anos, por meio da atuação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, desenvolvido em uma parceria que envolve a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e comunidades jongueiras da região sudeste.

Por estes fatores e seus contextos, o Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu tem sido desenvolvido e sistematizado de forma processual, dinâmica e participativa, ao longo de reuniões, seminários, debates, ações e encontros com a finalidade de debater a salvaguarda deste bem, eventos promovidos pelas comunidades, pelo IPHAN (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/CNFCP, Departamento de Patrimônio Imaterial/DPI, e Superintendências Estaduais/SEs), pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu (UFF) e por demais instituições parceiras.

Para efeito de organização deste documento, primeiramente, é apresentado um **marco referencial**, que contextualiza marcos legais nacionais e internacionais que propiciaram o reconhecimento do patrimônio imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil e o processo que levou ao inventário e registro do *Jongo no Sudeste*. A recuperação de documentos subsidiários a este debate busca refletir sobre os sentidos da salvaguarda no âmbito da política de patrimônio imaterial e apresenta uma concepção de salvaguarda construída em meio ao processo coletivo de negociação de pontos de vistas e expectativas e de experiências vivenciadas ao longo dos quatro anos de atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Feito isso, recupera-se a memória da primeira iniciativa realizada pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular de elaboração, junto com comunidades jongueiras, de um Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu.

Havia, no momento do registro, a certeza e a recomendação de que o plano de salvaguarda deveria ser construído junto com jongueiros e jongueiras e com a

participação de instituições parceiras identificadas no inventário. Por outro lado, havia também, diante do processo organizativo de comunidades jongueiras que participaram do inventário, a urgência da implementação de ações de salvaguarda.

Esta iniciativa é apresentada no segundo item do documento, por meio da identificação dos problemas enfrentados pelas comunidades, na forma de um **diagnóstico** da situação das comunidades e de um conjunto de estratégias sugeridas e debatidas durante o Seminário do CNFCP, no ano de 2006.

A seguir, registra-se, desde o início do ano de 2008, a articulação das comunidades jongueiras do sudeste no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O projeto que foi objeto do primeiro convênio firmado entre a Fundação Euclides da Cunha (FEC), de apoio à universidade, e o IPHAN para a articulação de ações de salvaguarda no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu atendeu diretamente a 32 das 62 recomendações contidas no relatório do Seminário de 2006 e tinha o potencial de indiretamente atender outras recomendações contidas no referido relatório. Como os convênios subseqüentes são continuidade do primeiro, têm-se procurado atender, nos convênios firmados entre as duas instituições para a salvaguarda do Jongo/Caxambu, as demandas das comunidades.

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu¹ configura-se, portanto, mesmo antes do plano de salvaguarda ser devidamente formalizado, como a primeira parte do Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu. Foi a sua criação e o desenvolvimento de suas ações que permitiram a parceria e o amadurecimento para que este documento fosse proposto e discutido coletivamente nas Reuniões de Articulação de Lideranças Jongueiras.

Desta forma, como este documento pretende demonstrar, várias ações aconteceram antes que o plano de salvaguarda fosse devidamente sistematizado, como é feito agora, no presente documento.

Pretende-se, com a sistematização e envio deste documento à Coordenação Geral de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, que este Plano de Salvaguarda constitua-se como referência para a política de salvaguarda do *Jongo no Sudeste*.

¹ As ações deste programa estão propostas na parte final, como a primeira parte do plano de salvaguarda.

1 – Marco Referencial:

1.1 – O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL:

A Constituição Brasileira de 1988 é considerada um marco na ampliação e universalização dos direitos na sociedade brasileira. Dela decorreu um conjunto de leis complementares e outros instrumentos legais e administrativos que garantiram a criação de políticas setoriais públicas que ampliaram os direitos de cidadania. No campo da cultura não foi diferente.

A Constituição, no capítulo referente à cultura, assegura o pleno exercício dos direitos culturais e assume compromisso com a garantia de proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Artigo 215). Promove ainda a ampliação do conceito de patrimônio cultural, com o reconhecimento da “cultura do povo” como patrimônio do país. Consagra-se, portanto, neste período, a orientação legal de proteção ao pluralismo cultural brasileiro, o que compromete o Estado com a criação de políticas públicas voltadas para a manutenção de tais manifestações culturais.

Art. 216. Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à **identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, com a ampliação da concepção de cultura e de patrimônio cultural, setores do Estado e da sociedade civil trabalharam pela criação

de novos instrumentos legais que ampliassem também as ações do Estado na política de patrimônio cultural do país.

Em 1997, como resultado da “Carta de Fortaleza”² produzida no Seminário *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de gestão* aprofundou-se o debate em torno das concepções sobre salvaguarda de bens imateriais e sobre a criação de instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais de natureza imaterial. No ano seguinte, foram criados a Comissão Interinstitucional para elaborar a proposta de regulamentação do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), que prestava assessoria à Comissão.

Como resultado do trabalho do GTPI e da Comissão destaca-se, no ano de 2000, a publicação do Decreto n. 3.551 que *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro* e cria o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*.

Ainda no ano de 2000, foi desenvolvido o instrumento técnico do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia voltada à produção de conhecimento sobre bens culturais, com o objetivo de subsidiar políticas patrimoniais. A partir de então, foram produzidos inventários de bens de natureza imaterial que começaram a gerar registros de patrimônios imateriais no país e, conseqüentemente, impulsionaram a política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

“(...) O decreto, acompanhando discussões internacionais, elevou à categoria patrimônio os bens culturais de natureza imaterial, como por exemplo, manifestações musicais, artísticas e religiosas. Dentre os objetivos do decreto estão a preservação da diversidade étnica e cultural do país, a sua disseminação para todos os segmentos da sociedade, e a melhoria de vida dos praticantes do patrimônio cultural imaterial. Tais objetivos do presente decreto mostram uma preocupação com os detentores dessas práticas e também um reconhecimento de que esses agentes sociais e culturais populares nunca foram valorizados. O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial permite que os praticantes de culturas antes negligenciadas utilizem recursos de órgãos governamentais para a melhoria de vida e inclusão social.(...)” (ABREU e MATOS, 2008, p. 47)

Pode-se afirmar que, como uma das conquistas da Constituição Brasileira de 1988, a novidade da década de 2000, no âmbito do patrimônio imaterial, foi, portanto, a participação e a presença do Estado, com iniciativas concretas de identificação, inventário, registro e salvaguarda deste patrimônio.

² Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>

No âmbito do Estado, coube ao Ministério da Cultura (MinC), instituição responsável pelo patrimônio cultural do país, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a gestão da política de patrimônio imaterial e a criação de estrutura para geri-la. Foi assim que em 2004 foi criado o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN) e a ele foi incorporado o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular³ (CNFCP), que até então era vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte).

Ao reorientar a política cultural, com o reconhecimento e a valorização dos bens de natureza imaterial, o Estado brasileiro, por meio de suas instituições, depara-se com o desafio de dialogar com os detentores dos saberes e práticas culturais, como preconizam orientações contidas nos documentos legais. Além disso, se vê diante da exigência de formular políticas que reconheçam as práticas culturais e seus praticantes, identificando quem são, como vivem e, sobretudo, de quais estratégias lançaram mão para a manutenção de suas práticas culturais ao longo do tempo.

Esta aproximação dos grupos e da realidade dos mesmos tem se dado por meio da participação dos detentores do bem inventariado durante o INRC, com mobilização de comunidades e grupos, que pode levar ao registro da manifestação cultural em questão. O processo de pesquisa abre o diálogo entre o IPHAN e os detentores do patrimônio reconhecido e possibilita a identificação de formas de salvaguarda existentes nas comunidades e nos grupos, assim como a identificação de potenciais estratégias de salvaguarda.

A tradição de proteção cultural do Estado brasileiro, até então, voltava-se, primordialmente, para os bens de natureza material, como definido pelo documento intitulado “Compromisso de Brasília”, de 1970.

“Como se mantém um patrimônio feito por gente?” Talvez, o maior desafio para a sociedade e para o Estado, no caso da política de salvaguarda de patrimônio imaterial, seja responder a esta pergunta. Ou, para aprofundar ainda mais o debate, indaga-se: Como promover ações de salvaguarda do patrimônio imaterial para manifestações da cultura brasileira praticadas por afro descendentes e/ou indígenas, tendo em vista as desigualdades sociais e etnicorraciais existentes no país?

³ O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular teve a sua origem na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958 e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha é transformada em Instituto Nacional do Folclore, que fica vinculado à Funarte. Em 1997, o Instituto é transformado em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e permanece vinculado à Funarte até 2004, quando passa ao DPI/IPHAN.

1.2 – REFLEXÕES SOBRE A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL:

É importante observar que a definição de patrimônio imaterial da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003, na UNESCO, e ratificada pelo Brasil, pelo Decreto-Legislativo 22, de 08 de março de 2006, traz em si a noção de auto-reconhecimento:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (...). (UNESCO, 2003, Artigo 2.1)

3. “Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos”. (UNESCO, 2003, Artigo 2.3)

A partir dessas definições, cabe marcar a distinção entre o conceito de salvaguarda de um bem mantido pelos indivíduos, grupos e comunidades e o conceito de salvaguarda entendida como “preservação”, simplesmente, no sentido de “salvar e guardar”.

O dinamismo do patrimônio imaterial mantém significativa relação com aspectos sociais, históricos e culturais dos grupos e indivíduos que o produzem e recriam. A viabilidade do patrimônio imaterial articula-se, na Convenção, à salvaguarda, o que em outros termos significa a adoção de medidas que incidam sobre a melhoria das condições de vida de pessoas que mantêm saberes e práticas transmitidos intergeracionalmente. Exatamente por terem sido responsáveis pela manutenção dessas práticas vivas, resistindo e recriando-as ao longo do tempo, mantêm suas matrizes e sua história viva na comunidade.

Dos vinte e três bens registrados como patrimônio cultural do Brasil na primeira década do século XXI, pode-se seguramente afirmar que dezenove deles⁴ estão direta ou indiretamente ligados, seja em suas origens seja por influência ou participação, ao importante papel que os indígenas, os africanos e seus descendentes desempenharam e desempenham na cultura brasileira e na construção e manutenção do patrimônio cultural do país. Trata-se de um tardio reconhecimento da diversidade multicultural da sociedade brasileira.

Por outro lado, os diagnósticos e os inventários produzidos com os detentores desses patrimônios em suas comunidades evidenciam as desigualdades existentes entre os grupos etnicorraciais, em especial, as que atingem as populações indígena e afro-descendente. No caso do Jongo/Caxambu, esta origem vincula-se à chegada dos antepassados africanos no sudeste brasileiro.

“O jongo também conhecido pelos nomes de tambu, tambor e caxambu nas comunidades afro-brasileiras que o praticam, envolve canto, dança e percussão de tambores; por seu intermédio, atualizam-se crenças nos ancestrais e nos poderes da palavra. O jongo formou-se basicamente a partir da herança cultural dos negros de língua banto, habitantes do vasto território do antigo Reino do Congo. Trazidos para o Brasil para trabalhar, como escravos, nas fazendas de café e cana-de-açúcar do Vale do Rio Paraíba (Região Sudeste), desenvolveram uma forma própria de comunicação. O canto baseado em provérbios, imagens metafóricas mensagens cifradas permitia fazer a crônica do cotidiano e reverenciar os antepassados.” (CD ROM - Jongo no Sudeste *apud* Parecer 001/GI/DPI/Iphan, 2005)

E mais adiante:

“[...] Os atuais jongueiros, são geralmente, descendentes de jongueiros. Vivem em bairros pobres da cidade, onde são trabalhadores – ativos ou aposentados – e estudantes. Ali se radicaram seus avós e bisavós no período pós-abolicionista, em zonas intermediárias entre campo e cidade [...] Outros fatores negativos são a condição duplamente desfavorecida dos conhecedores das danças – como integrantes das camadas pobres e como negros – e o fato de deterem conhecimento restrito que não é compartilhado pela vizinhança”. (Dossiê Jongo no Sudeste/IPHAN, v. 5, 2008, p. 20-21)

⁴São eles: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Modo de Fazer Viola de Cocho; Ofício das Baianas de Acarajé; Jongo no Sudeste; Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; Frevo; Tambor de Crioula do Maranhão; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo; Roda de Capoeira; Ofício dos mestres de capoeira; O toque dos sinos em Minas Gerais; Ofício de Sineiro; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis; Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro; Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão.

Vive-se, portanto, na política de salvaguarda do patrimônio imaterial, a contradição entre o reconhecimento das significativas contribuições dos povos de origem africana e indígena para o que se configura como o conjunto do Patrimônio Cultural do Brasil e a constatação da desigualdade de acesso às políticas públicas, de caráter universalista e, igualmente, às políticas focais que incidem sobre o acesso à educação, à moradia, ao reconhecimento e titulação de terras quilombolas, etc.

Tal constatação não pode deixar de levar em consideração o fato de que a política de salvaguarda do patrimônio imaterial deve ser concebida como uma política de garantia de direitos. Isso parece evidente ao próprio legislador quando, nas diretrizes do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, estabelece que a salvaguarda deve **“promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial.”**

Esta orientação não restringe à instituição responsável pela gestão da política patrimonial, no caso o IPHAN, a promoção e articulação da garantia de todos os direitos subtraídos de detentores do patrimônio imaterial do país ao longo da história. Mas sim, reafirma o compromisso desta instituição e demais órgãos do poder público com o reconhecimento do patrimônio cultural como um direito do povo brasileiro, cuja política de salvaguarda, de acordo com o que preconiza o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e todos os documentos nacionais e internacionais que o subsidiam e corroboram, se inscreve também como possibilidade de garantia de direitos de cidadania. Nesta concepção, espera-se que ao IPHAN caiba a assunção do seu papel de articulador e mediador institucional de políticas intersetoriais em nível federal, estadual e municipal para a garantia de direitos aos detentores e detentoras do patrimônio cultural de natureza imaterial.

1.3 - O INVENTÁRIO E O REGISTRO DO JONGO NO SUDESTE:

*Ah! Eu fui na mata, buscar a lenha
Eu passei na cachoeira e molhei a mão.
Senhor da Pedreira, benze essa fogueira
Além da fogueira, abençoa todos os irmãos.*

(Antônio do Nascimento Fernandes,
Quilombo São José da Serra, Valença/RJ)

No dia 10 de novembro de 2005, na 48ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada nas dependências do Museu da República, no Rio de Janeiro, após leitura do parecer do antropólogo Marcus Vinicius Carvalho Garcia, foi

aprovada, por unanimidade, a inscrição do *Jongo no Sudeste* no **Livro de Registro das Formas de Expressão** como Patrimônio Cultural do Brasil, o que ocorreu no dia 15 de dezembro. O mesmo apresentava as seguintes recomendações.

“(…) 1. Necessidade de se elaborar políticas públicas que favoreçam a equidade econômica articulada com a diversidade cultural, em especial quanto à autodeterminação das comunidades jogueiras. 2. Promover o aperfeiçoamento de leis de incentivo que facilitem o acesso direto dos detentores dos saberes às instâncias de patrocínio e financiamento, sobretudo para a realização dos encontros anuais de jogueiros e o fortalecimento da Rede de Memória do Jongo; 3. Estimular a interlocução das comunidades com outras esferas da sociedade, em especial com o poder público, de modo que aquelas tenham condições favoráveis para que possam controlar, manter e promover a transmissão dos saberes relacionados ao jongo conforme seus interesses. 4. Promover a inclusão, valorização e aprofundamento dos temas relacionados a este bem cultural nas agendas escolares e em programas educativos, sobretudo nas localidades onde há sua maior incidência, de modo a se reforçar a percepção do jongo como patrimônio cultural brasileiro. (Iphan, 2005).

Dois dias depois, durante o X Encontro de Jogueiros, em Santo Antônio de Pádua/RJ, houve a Proclamação Pública do Registro do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A instrução do processo de registro teve como proponente o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/DPI/IPHAN, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais, iniciado no ano de 2001, no âmbito do Projeto Celebração de Saberes, que testava a metodologia do referido inventário para fins de registro do patrimônio cultural imaterial, de acordo com o Decreto 3551/2000.

A proclamação pública foi feita diante de integrantes de 14 comunidades jogueiras, com muitas homenagens aos mestres e aos líderes dos grupos ali representados, à Dona Sebastiana II, mestre jogueira de Santo Antônio de Pádua, falecida havia dez anos, representada por seus dois filhos e neta, e ao Prof. Hélio Machado de Castro, organizador, junto com lideranças jogueiras do Noroeste Fluminense, dos Encontros de Jogueiros desde a sua primeira edição, em 1996.

O título de patrimônio e a realização do X Encontro de Jogueiros em Santo Antônio de Pádua não foram mera coincidência, foram resultado de decisão política do coletivo jogueiro que se organizava em encontros anuais e de esforço, tanto por parte dos organizadores do X Encontro quanto por parte da equipe do IPHAN, para que as datas coincidissem e houvesse a celebração de uma grande conquista das comunidades. Como afirmam Abreu e Mattos (2007, p.69): “O jongo tornava-se a primeira

manifestação de canto, dança e percussão realizada por comunidades do Sudeste identificadas como afro-brasileiras que recebia o cobiçado título”.

As autoras também destacam a importância do fato da solicitação do registro ter sido feita pelas próprias comunidades jongueiras, o que é mencionado por vários autores na última década e é reconhecido pelo próprio IPHAN como decorrência da articulação das comunidades nos Encontros de Jongueiros e na Rede de Memória do Jongo/Caxambu⁵:

Pelo parecer final, fica evidente que antes da mobilização das agências governamentais e em período anterior à própria promulgação do decreto 3.551 de 2000, as comunidades praticantes do jongo já tinham criado canais de comunicação, visibilidade e fortalecimento coletivo, através, por exemplo, da Rede de Memória do Jongo e dos Encontros de Jongueiros. Para o Iphan, “esse processo de mobilização e organização” tornou-se importante prova de que as comunidades jongueiras tinham consciência de possuir um bem cultural de grande valor, “um conjunto de saberes ancestrais, testemunhos do sofrimento, mas também da determinação, criatividade e alegria dos afro-descendentes.” (p.71)

O registro inaugura, na política cultural, a presença do Estado nas comunidades. Em termos do reconhecimento, da valorização e salvaguarda do patrimônio, é aos jongueiros e jongueiras que deve ser atribuída a manutenção do jongo em nossa sociedade. Foram eles que mantiveram e passaram às novas gerações seus saberes, práticas e valores. Não seria o Jongo/Caxambu, há muito, patrimônio, na concepção das comunidades que o praticam, como denota uma de suas lideranças?

⁵ “Houve momentos, em algumas comunidades, que a manutenção do jongo/caxambu se viu ameaçada pelo falecimento de um mestre que unia as pessoas, por discriminação racial ou perseguição religiosa, ou dificuldade material. Tais dificuldades fizeram com que jongueiros se unissem, no ano de 1996, no Noroeste do estado do Rio de Janeiro, em um movimento que ficou conhecido como “Encontro de Jongueiros”. Durante três anos, o Encontro contou com a participação de apenas três grupos e, desde o início, com a colaboração de professores e pesquisadores. A partir do quarto Encontro, novos grupos se juntaram e o Encontro de Jongueiros passou a circular pela região Sudeste, no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A cada ano, os jongueiros, com seus colaboradores, mobilizavam recursos em suas cidades, para o custeio de transporte e alimentação para a viagem até o local do Encontro. No ano de 2000, por ocasião do V Encontro de Jongueiros, em Angra dos Reis, foi iniciado o movimento da Rede de Memória do Jongo e do Caxambu. Encontros e organização das comunidades jongueiras em Rede fazem parte da história recente de organização das comunidades jongueiras e o apoio a essas duas ações por parte do Estado está recomendado no Inventário do Jongo no Sudeste, que fundamentou a solicitação do registro do Jongo como patrimônio imaterial do Brasil. Os Encontros de Jongueiros deram visibilidade ao Jongo e permitiram que os jongueiros se reunissem para a troca de saberes, experiências e para a discussão de seus problemas e necessidades. A Rede de Memória do Jongo e do Caxambu procurou facilitar e fortalecer a organização das comunidades jongueiras e agregar professores, pesquisadores, ongs, universidade e demais instituições parceiras. Ela, no entanto, não pôde ser articulada fora do âmbito dos Encontros de Jongueiros por falta de recursos de suas lideranças para promoverem reuniões. (Monteiro e Sacramento, 2009).

Durante muito tempo, o Jongo não teve nenhuma ajuda, não teve divulgação, não teve nada e ele persistiu nos fundos de quintais. Sempre quando tinha uma festa, um aniversário, um batizado, um casamento, em todos os momentos alegres de nossas vidas, a gente sempre fez a roda de Jongo, por gostar mesmo. Às vezes, a gente não tinha muito recurso lá no interior, mas a gente fazia uma panela de canja, uma panela de sopa, e fazia uma roda e lá se ia pela noite inteira, começava assim pelas sete da noite e chamava todos os jongueiros da região, que na época eram muitos, (...), e todos chegavam lá, porque eles gostavam. E assim ia até o outro dia, tipo nove horas da manhã, um canta, outro canta, e todos gostavam muito. Então, eu acho que é por isso que o Jongo persiste, ninguém via, ninguém sabia, mas nós estávamos lá, praticando ele. (...) O que eu quero para o Jongo? Que o Jongo seja conhecido por todo esse Brasil, que todo mundo saiba o que é o Jongo e que goste do Jongo. Como eu gosto! (Eva Lúcia, líder do Jongo de Barra do Piraí/RJ, 2008)

Após o registro, a única possibilidade de encontro de uma grande maioria das comunidades jongueiras para a discussão de sua organização, sua maior articulação em rede, e para o início do debate sobre a construção de políticas públicas de salvaguarda do Jongo foi, em 2006, uma iniciativa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular de promover um seminário sobre a construção de um Plano de Salvaguarda do Jongo. No ano de 2007, foram realizadas duas oficinas de elaboração de projetos, pelo mesmo Centro, como forma de capacitação das comunidades jongueiras para a realização de projetos e captação de recursos.

2 - Diagnóstico:

Nos dias 23 e 24 de setembro de 2006, na sede do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular / CNFCP, no Rio de Janeiro, foi realizada a primeira reunião para discussão do Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste. A reunião contou com a participação de parceiros, consultores, técnicos do CNFCP e com representantes e lideranças das comunidades jongueiras da cidade do Rio de Janeiro (RJ); de Pinheiral (RJ); Angra dos Reis (RJ); Valença (RJ); Barra do Piraí (RJ); Santo Antônio de Pádua (RJ); Quissamã (RJ); Porciúncula (RJ); Miracema (RJ); Piquete (SP); Guaratinguetá (SP); Lagoinha (SP); São Luís do Paraitinga (SP); São José dos Campos (SP); e São Mateus (ES).

De forma participativa, com a metodologia de grupos de trabalho compostos por representantes das comunidades, técnicos, parceiros e consultores, foram identificados os principais problemas enfrentados pelas comunidades jongueiras e traçadas estratégias para superação dos mesmos.

O diagnóstico, reproduzido no quadro abaixo, é parte do relatório elaborado como registro do seminário. De acordo com o mesmo, a concepção que embasou esta primeira iniciativa desenvolvida pelo CNFCP foi a de que uma política pública, voltada para a salvaguarda das expressões da cultura popular, deve, acima de tudo, garantir direitos e contribuir para o seu exercício.

O *Jongo* foi registrado como um Patrimônio Cultural Brasileiro no Livro das Formas de Expressão pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN, em novembro de 2005. Em decorrência dessa titulação, com o objetivo de promover a valorização e o fortalecimento desta prática tão singular e representativa de comunidades afro-descendentes do sudeste brasileiro, foi dado início ao desenvolvimento de um Plano de Salvaguarda, por intermédio Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

O elemento norteador desta proposta é a compreensão de que uma política pública, voltada para a Salvaguarda das expressões da cultura popular, deve, acima de tudo, garantir direitos e contribuir para o seu exercício. Acreditamos que este é um passo importante em direção à valorização do *Jongo* e daqueles para quem ele é uma importante referência cultural. (CNFCP/Plano de Salvaguarda do *Jongo*/Relatório da primeira reunião com as lideranças e comunidades jongueiras/Rio de Janeiro, 2006.

As discussões e sugestões apresentadas pelos participantes do Seminário de 2006 têm pautado a salvaguarda do *Jongo no Sudeste*.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS POR ASSUNTO	SUGESTÕES IDENTIFICADAS POR ASSUNTO
	Sugestões feitas pelos grupos
	** Sugestões reescritas a partir dos problemas identificados pelos jongueiros
	*** Sugestões feitas pelos consultores ou pelos presentes durante os debates
PODER PÚBLICO	
Dificuldades de relacionamento com o poder público local	Parceria direta dos grupos com o IPHAN
Dificuldades nas relações com órgãos governamentais	Encaminhar projetos de lei federal, determinando percentuais orçamentários de estados e municípios para a cultura
Secretarias e prefeituras ignoram o valor do jongo	Criar ferramentas de diálogo entre as prefeituras e os grupos. Diminuir a “sensação de favor” e criar mecanismos de auxílio.
Dificuldades decorrentes da vinculação dos apoios às administrações locais transitórias	Criar mecanismos para facilitar o relacionamento com o poder público local **
Dificuldades decorrentes da canalização dos recursos federais para grupos via prefeituras	Criar mecanismos para facilitar as relações com órgãos governamentais **
Apoio das prefeituras, quando existe, é mínimo (lanche e ônibus)	Fazer documento para as secretarias e prefeituras sobre o valor do jongo **
Equipes do museu visitarem locais das comunidades	Buscar continuidade para os projetos e apoios dados pelas administrações locais **
	Criar mecanismos para que os recursos federais sejam direcionados diretamente para os grupos sem passar pelas prefeituras **
	Ampliar o apoio dado pelas prefeituras, para além do lanche e ônibus **

REGISTRO	
Fazer o registro “sair do papel”	Governo Federal / IPHAN, encaminhar carta para as prefeituras notificando registro
Conscientizar as comunidades sobre o registro	Conscientizar as comunidades sobre o registro **
Dificuldade das comunidades acompanharem as transformações do jongo	Criar mecanismos para as comunidades acompanharem as transformações do jongo **
DISCRIMINAÇÃO	
Igrejas evangélicas proíbem festas, tambores, etc	Divulgar mecanismos de apoio jurídico às comunidades que tiverem sido alvo de ações de discriminação (Igrejas evangélicas proíbem festas, tambores, etc)**
Preconceito contra a prática do jongo;	Desenvolvimento de ações educativas nas localidades onde existem comunidades praticantes do jongo (Preconceito contra a prática do jongo) **
LIDERANÇAS	
Faltam lideranças jongueiras	Fomentar intercâmbio de informações e experiências entre os grupos (jovens lideranças, velhos, crianças)
Jongueiros velhos estão morrendo e os quadros do jongo não se renovam	Incentivar a formação de lideranças jongueiras nos locais onde não existam
Desinteresse dos jovens pelo jongo	Fomentar o interesse dos jovens pelo jongo **
MESTRES	
Os mestres estão hoje dispersos nos bairros rurais, como reuni-los?	Reunir os mestres hoje dispersos nos bairros rurais
	Registrar depoimentos e histórias de mestres antigos ***
	Fazer livro sobre os jongueiros velhos ***
	Capacitação em áudio-visual das comunidades
MEMÓRIA	
Dificuldade das comunidades acompanharem as transformações do jongo	Museu do Folclore, conservar acervo áudio-visual e assessorar construção de centros de memória nas comunidades
Dificuldades para conservação dos acervos de memória dos grupos	Criação de bibliotecas com títulos sobre cultura popular e afro
Dificuldades de reunião dos acervos de memória	Produzir cartilha com “pedagogia jongueira”
Falta de materiais audiovisuais e escritos sobre o jongo	Criação de material didático do jongo
	Instrumentalizar as comunidades (tecnologias, computadores, artes)
	Criar mecanismos para as comunidades acompanharem as transformações do jongo **
	Desenvolver projetos para conservação dos acervos de memória dos grupos **
	Desenvolver proposta para reunião dos acervos de memória **
	Produzir materiais audiovisuais e escritos sobre o jongo **
SAÚDE	
Problemas de saúde dos jongueiros velhos	Identificar os mestres atualmente com problemas nas comunidades ***
Dificuldades de acesso à infra-estrutura médica	Criar condições de acesso facilitando para os mestres com problemas de saúde junto às prefeituras ***
Dificuldades Financeiras	
Pobreza e falta de recursos das comunidades	Bolsas vitalícias para mestres
Mestres passam por dificuldades financeiras	Desenvolver parcerias com instituições que realizem projetos de apoio para grupos se apresentarem ***

TRANSPORTE	
Falta de transporte para os grupos se apresentarem	Tentar parcerias com empresas de transporte para conseguir apoio para os grupos se apresentarem ***
EDITAIS E PROJETOS	
Dificuldades de elaborar e escrever projetos para patrocínios	Comunidades mais capacitadas podem ensinar as outras
Necessidade de supervisão de projetos para patrocínio	Formação de pessoal nas comunidades para elaborar projetos
Necessidade de capacitação para elaborar projetos de captação de recursos	Promoção de encontros / eventos mais regulares (o CNFCP se candidata?) Oficinas
Dificuldades com a burocracia dos formulários de projetos culturais	Buscar estratégias para tornar editais de apoio e fomento mais acessíveis
Editais de patrocínio e apoio são complexos e, às vezes, inacessíveis aos grupos	Inscrever grupos para tornarem-se pontos de cultura, talvez conjuntamente
Dificuldade em administrar recursos que entram nos projetos	Suporte e supervisão de projetos para patrocínio **
Necessidade de apoio financeiro direto para os grupos (por projeto)	Oficinas de orientação sobre como administrar recursos que entram nos projetos **
Falta de patrocínio para gravação de CD's	Instrumentalizar comunidades (tecnologias, computadores, artes)
Dificuldades decorrentes da entrada de \$ nos projetos	Criação de "associações culturais"
	Oficinas de criação de "pessoas jurídicas"
INFRA-ESTRUTURA	
Problemas com infra-estrutura	Compra / aluguel / construção de espaços
Falta de espaço / sede, para se reunir, ensaiar e trabalhar.	Conseguir locais de reunião e ensaio (com terreiro)
Falta de espaços para atividades	
DIREITOS	
Problemas com direitos autorais	Oficinas sobre "direitos autorais"
COMUNICAÇÃO INTERNA	
Falta de comunicação entre os grupos de jongo	Promover festas grandes, médias e pequenas entre as comunidades
Falta de comunicação entre as comunidades	Promoção de encontros / eventos mais regulares (o CNFCP se candidata?)
Desinteresse dos jovens pelo jongo	Capacitação em áudio-visual das comunidades
	Governo doar equipamentos / máquinas para comunidades
	Instrumentalizar comunidades (tecnologias, computadores, artes)
	Fomentar intercâmbio de informações e experiências entre os grupos (jovens lideranças, velhos, crianças)
	Conseguir computadores com acesso à internet para dinamizar comunicação entre grupos
	Promover encontros entre jongueiros para troca de experiências, registro de memória oral, (relatos) etc...
	Levar grupos de jongo de diferentes cidades para São Luis do Paraitinga, para incentivar a revitalização do jongo local
	Promover encontros entre jongueiros dispersos nas situações de festas
	Nós precisamos nos encontrar mais vezes, encontrar mecanismos para isso
	Criar ocasião para troca de idéias sobre vários aspectos da tradição jongueiras, principalmente sobre os pontos de jongo
	Incentivar a prática de as comunidades jongueiras frequentarem as festas umas das outras

COMUNICAÇÃO EXTERNA	
Faltam oportunidades para que as populações da cidade conheçam a prática;	Fortalecimento político por meio de exposição na mídia
Meios de comunicação de massa não divulgam a cultura do jongo	Criar oportunidades para que as populações da cidade conheçam a prática do jongo **
Espaços na mídia são caros	Produzir materiais, eventos, ações para sensibilizar os meios de comunicação de massa a divulgar a cultura do jongo ***
Problemas gerados pela visibilidade das comunidades na mídia	
Falta de acesso à internet	
Dificuldades de acesso à cultura, informação e à tecnologia	
MEDIADORES	
“Quem ajuda também limita”. As apresentações duram, às vezes, uma hora, e a roda a noite inteira”;	Esclarecer as comunidades em geral sobre a natureza diversa dos grupos - “religioso”, “tradicional”, “espetáculo”, etc; ***
Assédio por parte de “ONGs” e “pesquisadores”	Fortalecimento das comunidades e capacitação para auto-gestão (apropriação de terceiros que lucram com o jongo) ***
O público em geral não entende a natureza diversa dos grupos - “religioso”, “tradicional”, “espetáculo”, etc;	
Apropriação de terceiros que lucram com o jongo	
ESCOLA	
Não há repasse de jongo nas escolas	Produzir cartilha com “pedagogia jongueira”
É difícil conseguir dispensa para os alunos que participam do grupo quando há apresentação	Criação de material didático do jongo
As professoras não sabem o que é cultura afro-brasileira	Trabalhar o jongo nas escolas, como palestras de oficinas, visando conscientizar os alunos sobre a importância do jongo, para formar um público local que ame e respeite essa tradição (Lei 10.639 de 2003)
As manifestações culturais afro só são abordadas na “semana do folclore”	Promover a valorização do negro nas cidades onde há jongo, principalmente nas escolas, visando aumentar a auto-estima da população negra
TRADIÇÃO	
Como lidar com a tradição nos grupos formados com a intenção de apresentar o jongo em espetáculos?	Criar fóruns de discussão sobre as transformações no jongo (Como lidar com a tradição nos grupos formados com a intenção de apresentar o jongo em espetáculos?)* **

3 - PRIMEIRA PARTE DO PLANO INTEGRADO DE SALVAGUARDA: O PONTÃO DE CULTURA DO JONGO/CAXAMBU

Toda a movimentação de jongueiros e instituições pelo reconhecimento do jongo como patrimônio cultural do Brasil e pela construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo é concomitante a um momento especial na política cultural do país, quando a política de cultura volta-se para os grupos de cultura popular, com a realização do Programa Cultura Viva, por parte do Ministério da Cultura⁶. No final do

⁶ O Programa Cultura Viva e a criação de Pontos de Cultura ocorre em 2004 pelo Ministério da Cultura (Minc), com o objetivo de incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira. O programa “contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de instrumentos,

ano de 2007, com o intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o IPHAN e o Minc decidiram estabelecer parcerias com instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados.

Em um seminário realizado no mês de dezembro daquele ano, com a participação de lideranças jongueiras, de representantes do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Departamento de Patrimônio Imaterial, das superintendências do IPHAN, da Universidade Federal Fluminense, de consultores, parceiros e colaboradores, foi debatido o projeto de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Ficou decidido que a instituição gestora do Pontão de Cultura seria a UFF. Esta proposição partiu dos próprios jongueiros, fundamentada no argumento de fortalecimento do coletivo das comunidades, e decorreu da experiência de trabalho acumulada pela universidade junto às comunidades. A UFF descentraliza suas atividades em alguns *campi* no interior do estado, onde há presença do Jongo/Caxambu. Tanto no Noroeste quanto no Sul do estado do Rio de Janeiro, a presença da universidade fortaleceu a realização dos Encontros de Jongueiros. Diversos programas e pesquisadores desenvolvem, há anos, investigações que encontram no jongo e nas comunidades jongueiras valiosos interlocutores, como por exemplo, o Observatório Jovem⁷, com trabalhos de pesquisa com jovens jongueiros; o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF)⁸, com a estruturação de arquivo de fontes orais, visuais e digitais e como centro de referência de história oral e da imagem; o Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF), com o projeto “Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra”⁹ em comunidades rurais do Rio de Janeiro; e o Instituto Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES-UFF), com o projeto “Encontros de Jongueiros”.

Pode-se, então, afirmar que os primeiros quatro anos do Plano de Salvaguarda do Jongo se desenvolveram da forma que segue:

figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros”. (Disponível em <http://www.cultura.gov.br>)

⁷ Consultar <http://www.uff.br/observatoriojovem/>

⁸ Consultar <http://www.historia.uff.br/labhoi/>

⁹ Consultar <http://www.historia.uff.br/jongos/>

Objetivos:

- Construir e desenvolver, de forma participativa, um projeto coletivo de salvaguarda do Jongo no Sudeste, que articule e fortaleça uma rede de comunidades jogueiras, para a garantia de direitos políticos e sociais e melhoria da qualidade de vida de comunidades detentoras de um bem registrado como patrimônio cultural do Brasil.
- Criar um Pontão de Cultura de Bem Registrado como principal articulador de ações de salvaguarda a partir do trabalho que já vem sendo desenvolvido junto às comunidades da Rede de Memória do Jongo/Caxambu pela Universidade Federal Fluminense e por organizações parceiras.
- Assegurar a construção de uma política pública que garanta a valorização e reconhecimento da memória do Jongo e da transmissão desta, pelos mestres e mestras detentoras deste patrimônio imaterial, por meio da identificação de novas comunidades (INRC), por meio de registros audiovisuais, documentais e por meio da mobilização e incentivo à participação efetiva de jogueiros e jogueiras no coletivo de lideranças jogueiras junto ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, junto às instâncias de participação estaduais, municipais e nas comunidades jogueiras.

Políticas e Estratégias:

- Sedar o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu na Universidade Federal Fluminense, por meio de convênio firmado com sua fundação de apoio, a Fundação Euclides da Cunha, como forma de atender 16 comunidades jogueiras, a saber: Angra dos Reis, Arrozal, Barra do Piraí, Campinas, Carangola, Guaratinguetá, Miracema, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José dos Campos, São Mateus, Serrinha, Valença e Vassouras.
- Ampliar a participação de novas comunidades jogueiras nas Reuniões de Articulação e demais ações a partir da identificação e mobilização de novos grupos a ser realizada pelas lideranças jogueiras e/ou pelas Superintendências Estaduais do Iphan, a depender da disponibilização de recursos e de indicação da Comissão Gestora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

- Desenvolver o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu como um programa de pesquisa e extensão da universidade para o aprofundamento da relação de parceria entre o IPHAN, a UFF e as comunidades, com a participação de professores e a colaboração e formação de estudantes no programa, assim como com o compromisso com o desenvolvimento de ações nas comunidades e com a produção de conhecimento sobre patrimônio, educação patrimonial e salvaguarda do patrimônio imaterial, além de questões transversais à salvaguarda de um patrimônio de matriz africana, como a educação étnico-racial;
- Desenvolver as ações do programa a partir dos três eixos de ação estabelecidos no Programa Cultura Viva (articulação/distribuição; capacitação/qualificação; divulgação/difusão), uma vez que eles atendem às necessidades e demandas das comunidades e neles podem ser desenvolvidas ações recomendadas pelo IPHAN nas linhas norteadoras da salvaguarda do PI, a saber: Produção e Reprodução Cultural; Mobilização Social e Alcance da Política; Gestão Participativa e Sustentabilidade; Difusão e Valorização;
- Planejar, desenvolver e avaliar todas as ações de forma participativa, com lideranças jongueiras, técnicos do IPHAN, equipe da universidade, parceiros e consultores, para a construção de um programa coletivo e democrático, que beneficie o conjunto das comunidades participantes;
- Constituir uma Comissão Gestora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu composta por lideranças jongueiras, técnicos, parceiros e consultores, para monitoramento de todas as ações desenvolvidas no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu;
- Respeitar os processos organizativos de cada comunidade integrante do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, com responsabilidade no trato das interferências causadas pelas novas possibilidades que surgem a partir da presença do Estado nas mesmas, por meio da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, como o aporte e a gestão de recursos, os processos de formalização, etc.
- Estimular a participação de lideranças jongueiras, da equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, e demais parceiros em fóruns, conselhos, reuniões, eventos e seminários no campo da cultura, nas três esferas de governo, como forma de contribuição de todos os parceiros, em especial as comunidades, para a consolidação da política de patrimônio imaterial no país, nos estados e municípios.

3.1 - As ações desenvolvidas pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu no biênio 2008/2009 (1º convênio com o IPHAN):

Em seus três eixos de ação, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu em 2008/2009 realizou:

I) Ações de articulação/distribuição:

1 – 04 reuniões de articulação, com a presença de aproximadamente 60 participantes em cada uma delas, entre jongueiro (a)s, professores, pesquisadores, estudantes, parceiros institucionais e convidados. As reuniões são realizadas em um final de semana, iniciando-se na sexta-feira à noite e terminando no domingo, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, na cidade do Rio de Janeiro (eleita como sede das reuniões pelos próprios jongueiros, em função de sua centralidade e da possibilidade de, por suas características culturais, dar maior visibilidade ao Jongo/Caxambu). A pauta das reuniões versa sobre os principais problemas das comunidades jongueiras, sobre o desenvolvimento das próprias atividades do Pontão de Cultura, sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural e às políticas públicas de salvaguarda deste patrimônio. Conta-se ainda com a presença de convidados, em geral representantes do poder público, para a interlocução direta com as lideranças jongueiras sobre políticas públicas de garantia de direitos. A cada reunião procura-se organizar ainda um evento que dê visibilidade ao Jongo/Caxambu, aproveitando a presença das lideranças jongueiras da região sudeste na cidade do Rio de Janeiro;

2 - 05 eventos: Uma Roda de Jongo na Praça do Rink, Centro da Cidade de Niterói, onde fica a UFF, por ocasião da inauguração das atividades do Pontão de Cultura; o lançamento do livro Memória do Jongo; a Noite do Jongo, evento realizado em praça pública, na cidade de Barra do Piraí/RJ, como homenagem a todos os mestres jongueiros da região sudeste; uma apresentação de jongo na quadra da Portela; uma apresentação de jongo no Clube Renascença, em Vila Isabel, cidade do Rio de Janeiro, que mantém há mais de 50 anos uma tradição de afirmação da identidade negra e de resistência contra a discriminação racial.

3 - 05 prêmios: uma das ações do Pontão de Cultura é a instituição de prêmios para as comunidades jongueiras, mediante o lançamento de edital público e da apresentação de projetos;

4 – distribuição de 09 computadores para que todas as 14 comunidades participantes do Pontão de Cultura no ano de 2008 pudessem se articular em rede.

II) Ações de capacitação/qualificação:

1 – Realização de 15 oficinas, 05 em cada uma das três regiões de atuação do Pontão de Cultura na região sudeste (1 - São Paulo; 2 - Rio de Janeiro/Costa Verde e Vale do Paraíba; 3 - Rio de Janeiro/Noroeste Fluminense, Zona da Mata Mineira e Espírito Santo), com as seguintes temáticas: Organização Comunitária, Identidade Negra, Jovens Lideranças Jongueiras, Linguagem Audiovisual, História, Memória e Patrimônio;

2 – Realização de uma oficina de elaboração de projetos;

3 – Assessoria às comunidades para concorrerem em editais públicos de prêmios e projetos (Pontos de Cultura), tendo como resultado a contemplação de todas as comunidades em pelo menos um edital (algumas foram contempladas em mais de um edital);

4 – Realização de 01 seminário com a participação de jongueiros, professores, pesquisadores, estudantes (bolsistas) e parceiros institucionais de avaliação das atividades do primeiro ano do Pontão de Cultura e de elaboração do projeto do segundo ano;

III) Difusão e Divulgação:

1 – Edição e publicação de um calendário de festas jongueiras;

2 – Organização e publicação do livro *Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu* pelos bolsistas de pesquisa e extensão e professores responsáveis pela oficina “Memória, História e Patrimônio”;

3 – Organização de um fichário para distribuição nas escolas dos territórios jongueiros como forma de colaboração na implementação da Lei Federal Nº 10 639/2003, atual 11 645/2008, contendo nove DVDs relacionados a temáticas relevantes para as comunidades jongueiras, a ficha técnica do filme, um pequeno artigo sobre o filme, sugestões de atividades didáticas e um exemplar do livro *Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu*;

4 – Realização de 01 documentário de 67' sobre o Jongo e os Jongueiros, o filme “Sou de Jongo”;

5 – Criação do Portal do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu (www.pontaojongo.uff.br);

Comunidades/grupos integrantes do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu no biênio 2008/2009: Angra dos Reis/RJ, Barra do Pirá/RJ, Carangola/MG, Guaratinguetá/SP, Miracema/RJ, Pinheiral/RJ, Piquete/SP, Porciúncula/RJ, Serrinha(Madureira, Rio de Janeiro)/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ, São José dos Campos/SP, São Mateus/ES, Quilombo São José da Serra (Valença)/RJ.

3.2 - As ações desenvolvidas pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu no biênio 2009/2010 (2º convênio com o IPHAN):

Em seus três eixos de ação, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu em 2009/2010 realizou:

I) Ações de articulação/distribuição:

1 – 05 reuniões de articulação, com a presença de aproximadamente 60 participantes em cada uma delas, entre jongueiro (a)s, professores, pesquisadores, estudantes, parceiros institucionais e convidados.

Local/Data de realização: 6ª RA CNFCP - 18, 19 e 20 de dezembro/2009; 7ª RA Bananal-SP – 26, 27 e 28 de janeiro/2010; 8ª RA CNFCP – 31/04, 01 e 02 de maio/2010; 9ª RA CNFCP – 02, 03, 04 de junho/2010; 10ª RA CNFCP – 10, 11 e 12 de dezembro/2010.

2 - 06 eventos:

- Apresentação de jongo na quadra do Império Serrano;
- Cortejo e apresentação em praça pública em Bananal/SP;
- O evento “Noite do Jongo”, criado pelos jongueiros do Vale do Paraíba que participam do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu como ação de difusão e divulgação do Jongo/Caxambu. O evento “Noite do Jongo” priorizou, em 2010, a participação de 95 jovens, 32 lideranças jongueiras (02 de cada comunidade integrante do Pontão), além dos parceiros institucionais, de professores e estudantes da Universidade Federal Fluminense, de

representantes de outros Pontões de Bem Registrado (Samba de Roda) e Pontos de Cultura da região. Contou com o apoio das Superintendências do IPHAN de MG e do RJ e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP- IPHAN).

- Roda de Jongo na Pedra do Sal, Centro da Cidade do Rio de Janeiro;
- Participação na apresentação do Jongo da Serrinha, na sede do Cordão do Bola Preta, Centro da Cidade do Rio de Janeiro.
- Participação na organização e realização do I Encontro Capixaba de Jongos e Caxambus, em Cachoeiro do Itapemirim/ES.

3 - 07 prêmios no edital 2010: Foram contempladas sete iniciativas no Prêmio Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu Edição 2010 – Mestre Dudu, com o valor de R\$ 5.000,00.

Associação Quilombola de Tamandaré – “Resgate de uma Tradição”

Caxambu Renascer de Vassouras- “Registro da Associação de Afrodescendente e Cultural Manoel Congo”;

Jongo de Arrozal- “Registro da Associação Jongueiros de Arrozal”;

Associação Cultural Sementes D’ África – “Festa da Consciência Negra”;

Grupo Mistura da Raça, São José dos Campos- “Cultivando a Tradição Jongueira”;

Grupo Caxambu de Carangola- “Levando a Cultura de ontem aos Jovens de Amanhã”;

Quilombo São José da Serra- “Tele Centro”.

4 – Levantamento do perfil social das comunidades integrantes do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

II) Ações de capacitação/qualificação:

1 – Realização de 07 seminários, com a participação de escolas públicas e das comunidades jongueiras de 12 municípios, para o reconhecimento da cultura jongueira a partir dos pressupostos da Lei Nº 11.645/08. A realização dos seminários se inscreve nos esforços de formação de professores numa perspectiva anti-racista e de ampliação das discussões em torno da implantação da referida lei. Insere-se ainda no campo da Educação Patrimonial. Os seminários representaram uma oportunidade para dar

visibilidade aos grupos de jongo em seus municípios. Datas e locais de realização:

Piquete/SP- 17 e 18 de Novembro de 2009;

Santo Antônio de Pádua/RJ- 20 de Novembro de 2009;

Quilombo Santa Rita do Bracuí/RJ - 11 de Fevereiro de 2010;

Piraí/RJ - 14 e 15 de Abril de 2010;

Miracema/RJ - 11 de Maio de 2010;

Porciúncula/RJ- 13 de Maio de 2010;

Serrinha/RJ - 28 de Agosto de 2010

Barra do Piraí/RJ - 01 de Setembro de 2010.

2 – Realização de 04 oficinas durante o evento “Noite do Jongo”, a saber: Samba de Roda, Hip hop, Circo Social e Percussão; As oficinas foram orientadas para a troca de saberes e experiências entre os participantes. Os temas das oficinas foram definidos em parceria com as lideranças, tendo em vista o público priorizado nesta edição, os jovens das comunidades de jongo.

3 – Realização de oficina para a elaboração de projetos para o edital da Ação Griô: **De 16 a 18/04/2010**, no CNFCP, a oficina foi realizada em parceria com a Comissão Regional RJ da Ação Griô. Participantes: 32 integrantes das comunidades jongueiras e equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

4 – Seminário “Os tambores do Quilombo: afinando seus Pontos” – no Quilombo Santa Rita do Bracuí-RJ (Angra dos Reis, dias 13 e 14 de março de 2010) – Fórum de debate com as comunidades do Bracuí, de Barra do Piraí e Pinheiral sobre a gestão de Pontos de Cultura.

5 – Realização de 02 oficinas para os jovens das comunidades do Sul Fluminense, uma no Quilombo Santa Rita do Bracuí e uma em Pinheiral.

6 – Assessoria permanente às comunidades: visita mensal do assessor a cada comunidade.

III) Difusão e Divulgação:

1 – Edição e publicação de um calendário de festas jongueiras: o calendário, em sua segunda edição, priorizou os grupos de Jongo/Caxambu como tema central.

2 – Manutenção do Portal do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu (www.pontaojongo.uff.br);

3 – Confeção de camisetas;

4 – Apoio às comunidades na organização de eventos:

- Organização da Festa do 13 de Maio – Noroeste Fluminense e Zona da Mata Mineira (Porciúncula, 13 de maio de 2010) – Comunidades envolvidas: Carangola-MG, Miracema-RG, Santo Antônio de Pádua-RJ, Porciúncula e Recreio-MG.
- I Encontro de Jongo do Vale do Paraíba-SP (São José dos Campos, 21 de Agosto de 2010) - Comunidades envolvidas: São José dos Campos, Guaratinguetá e Piquete.

3.3 - Ações previstas para 2011/2012 (3º convênio com o IPHAN):

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, por meio de ações de articulação/distribuição, capacitação/qualificação e divulgação/difusão, pretende consolidar, neste terceiro convênio com o IPHAN, o trabalho realizado durante três anos com comunidades de Jongo/Caxambu da região sudeste, como forma de colaboração no desenvolvimento do plano de salvaguarda deste patrimônio cultural. Espera-se fortalecer o trabalho desenvolvido em cada comunidade, assim como a rede de comunidades jogueiras, e sistematizar as ações desenvolvidas. As ações descritas a seguir fazem parte de um conjunto de propostas da coordenação, respaldada pelas lideranças das comunidades articuladas no Pontão, como continuidade do trabalho desenvolvido em 2010.

A – Ações de Articulação/Distribuição:

1. Realizar seis reuniões de lideranças para garantir o desenvolvimento das ações do Pontão de Cultura e a articulação das comunidades;
2. Realizar um evento cultural, como forma de articulação e integração das comunidades jogueiras;
3. Contribuir para a melhoria das condições materiais das comunidades na realização de suas atividades, com o incentivo e apoio à participação em editais que viabilizem a aquisição de equipamentos e materiais e que propiciem o desenvolvimento de atividades comunitárias;

4. Manter e ampliar a Comissão Gestora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu como forma de participação na elaboração, desenvolvimento e avaliação deste programa;
5. Instituir prêmios, mediante apresentação de projetos, para viabilizar ações específicas das comunidades;
6. Criar 16 mini bibliotecas, uma em cada comunidade integrante do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, com pelo menos 50 títulos no acervo de cada uma, que deve ter como tema as manifestações culturais de matriz africana e questões a elas relacionadas;
7. Contribuir para o fortalecimento de outras formas de expressão das comunidades jogueiras nas atividades do programa, tais como Folia de Reis, Mineiro Pau, Boi Pintadinho, Calango, Pastorinhas.

B – Ações de Capacitação:

1. Realizar seminários, com a participação de escolas públicas e das comunidades, para o reconhecimento da cultura jogueira a partir dos pressupostos da Lei Nº 11.645/08;
2. Realizar um seminário, com a participação de jogueiros, professores, estudantes e pesquisadores, na Universidade Federal Fluminense, sobre Patrimônio e Salvaguarda de manifestações culturais de matriz africana;
3. Potencializar as ações desenvolvidas pelos jovens nas comunidades, com o incentivo à realização de oficinas permanentes dinamizadas por monitores nas comunidades;
4. Garantir assessoria permanente às comunidades do Pontão de Cultura;
5. Realizar oficina em dez comunidades para a finalização de fascículo sobre a mesma para a Coleção “O Jongo conta suas histórias”, como material de difusão e de divulgação do Jongo/Caxambu.

C – Difusão e distribuição de produtos culturais:

1. Editar um calendário jogueiro com datas e festas das comunidades;
2. Editar e publicar a Coleção “O Jongo conta suas histórias”, para a distribuição e trabalho junto à rede pública de ensino em todas as cidades das comunidades integrantes do Pontão de Cultura;

3. Organizar publicações (fascículos) sobre o jongo e sobre cada uma das comunidades integrantes do Pontão de Cultura;
4. Manter o Portal de Cultura do Jongo/Caxambu;
5. Organizar um livro, com pelo menos sete artigos, com a metodologia de trabalho do Pontão de Cultura e com o desenvolvimento de temas relacionados ao trabalho com o Jongo/Caxambu nas comunidades;
6. Editar um filme com a metodologia de trabalho do Pontão, a partir do acervo existente;
7. Dar prosseguimento à edição de pequenos filmes, para uso didático, a partir do acervo do Jongo/Caxambu existente na Universidade Federal Fluminense.

3.4 – Algumas observações sobre o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e as comunidades que o integram como forma de contribuição para a segunda etapa do Plano de Salvaguarda:

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem, desde o início, articulado várias ações, diagnosticadas pelas comunidades como necessárias ao plano de salvaguarda. Entre elas, pode-se, com certeza e apoio de jongueiras e jongueiros, afirmar que um dos maiores e melhores resultados do trabalho realizado até o momento foi a garantia de condições materiais e objetivas para a almejada articulação em rede das comunidades integrantes do Pontão.

Das dezesseis comunidades, seis possuem associação formal e se constituem como pessoa jurídica, as seis são pontos de cultura e integram o Programa Cultura Viva. Há um sétimo ponto de cultura gerido por uma das comunidades que não tem associação formalizada e conta com o apoio de uma fundação cultural parceira. Quando as atividades do Pontão se iniciaram, três comunidades eram formalmente pontos de cultura, atualmente são sete.

Duas comunidades são quilombolas e têm no jongo um forte articulador de seus moradores na luta pela titulação de suas terras. Duas comunidades estão em processo de discussão do pedido de reconhecimento como quilombo.

Um dos pontos de cultura funciona em uma antiga fazenda de café, pertencente à prefeitura de Campinas/SP e ocupada pela comunidade jongueira há cerca de três anos, e luta pela cessão de uso do espaço. Em todo o processo de negociação com a prefeitura e demais órgãos, a comunidade respalda sua argumentação na afirmação de sua

identidade negra, no registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil, e no Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Dez são as comunidades jongueiras que se organizam em grupos informais, sendo que três delas estão em processo de formalização. Nove comunidades não possuem espaço para o funcionamento de suas atividades; entre elas, duas são pontos de cultura. A questão de uma “sede” para o jongo nas comunidades é uma das principais reivindicações das lideranças jongueiras.

Pode-se afirmar que as reuniões de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu se constituíram como a ação mais importante do mesmo, uma vez que é em seu âmbito que se discute e constrói a política de salvaguarda, com a participação de todos os parceiros, em especial, de trinta e duas lideranças jongueiras. Elas acontecem, geralmente, a cada dois ou três meses. Entre uma reunião e outra, são realizadas as demais ações do programa, como as oficinas, seminários, assessorias, etc., que acontecem de forma descentralizada nas comunidades. Até o momento, foram realizadas treze reuniões de articulação e, com base na análise dos relatórios das mesmas, pode-se observar que:

1 – O tema “patrimônio” e a política de patrimônio imaterial estiveram presentes em todas as reuniões, tanto na forma de debate e diálogo com representantes do IPHAN sobre a política patrimonial, inclusive com solicitações de esclarecimentos, quanto na forma de organização, planejamento e execução de ações concretas, como a produção de material didático no campo da Educação Patrimonial, a realização de eventos de valorização, difusão e divulgação do jongo/caxambu, e o debate sobre a inclusão de novas comunidades no programa;

2 – O tema da falta de apoio por parte das prefeituras, da falta de conhecimento das mesmas sobre a política nacional de salvaguarda do patrimônio imaterial, do uso político das manifestações culturais feito por governos locais, do tratamento dado às mesmas como “folclore”, e a reivindicação de uma ação do IPHAN junto às prefeituras para que a política de patrimônio se estabeleça e consolide, de forma conseqüente, em todas as esferas de governo, está presente em dez das treze reuniões;

3 – A questão da discriminação racial, do preconceito e da necessidade de ações afirmativas está presente em onze das treze reuniões, seja na forma de relato de casos,

seja na forma de debate sobre o desenvolvimento de ações concretas, como oficinas e seminários nas comunidades e em escolas¹⁰;

4 – A questão da articulação em rede para o fortalecimento das comunidades também está presente em onze das treze reuniões, seja sob a forma de debate, seja sob a forma de desenvolvimento de ações concretas, como a participação nas Teias de 2008 e de 2010 (Encontro Nacional dos Pontos de Cultura), nas pré-conferências setoriais e na conferência nacional de cultura, na participação em reunião de avaliação da política de patrimônio imaterial, junto com detentores de outros dezoito bens registrados, ou no debate sobre ações coletivas junto às prefeituras;

5 – Referências e debate sobre o que aqui se denomina “mundo dos projetos” (Monteiro e Sacramento, 2010) estão presentes em dez das treze reuniões, com a solicitação de apoio na elaboração de projetos, assim como no enfrentamento das dificuldades nos processos burocráticos de gestão de projetos, com especial ênfase nos pontos de cultura, e a percepção da necessidade de formação de novos quadros nas comunidades para o trabalho em colaboração com as lideranças no desenvolvimento de tais ações, como o apoio dos jovens, que tiveram acesso a níveis mais elevados de escolarização e que têm habilidades no uso do computador e internet;

6 – Nas treze reuniões, as ações do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu foram debatidas, organizadas e avaliadas com as lideranças jongueiras;

7 – É significativa a mudança do papel assumido pelas lideranças durante as reuniões. Um indicativo é o fato de que, nas primeiras reuniões, quando se abria espaço para os informes das comunidades, poucas comunidades se manifestavam. Houve momentos em que nenhuma se manifestou. A partir da sexta reunião, realizada em dezembro de 2009; portanto, com quase dois anos de trabalho, todas as comunidades têm informes, e estes são cada vez mais qualificados, com ações junto às prefeituras, com o desenvolvimento de projetos comunitários, com atividades educativas, participação em eventos, organização de eventos, etc. A hipótese é que as comunidades estejam ressignificando suas formas de atuação local a partir da articulação em rede no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

¹⁰ A avaliação da Oficina de Identidade Negra em reunião de articulação gerou um denso debate sobre esses temas. Para conhecimento da proposta e das ações da oficina, vale consultar Bernardo e Sacramento (2009).

4 – Elementos para a elaboração de um Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu de médio e longo prazo:

Todo o processo de inventário, registro e salvaguarda do **Jongo no Sudeste** desenvolvido até o ano de 2011 evidencia questões recorrentes e importantes para a elaboração de um plano de salvaguarda de médio e longo prazo gerido pelo IPHAN, em parceria com as comunidades e com instituições. Para a identificação de tais questões será considerado o diagnóstico feito pelas comunidades no ano de 2006, o balanço das reuniões de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu registrado no item 3.4 deste documento, e o documento final da I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados, realizada em São Luís (MA) entre os dias 18 e 20 de maio de 2010.

Esta reunião foi promovida pela Coordenação Geral de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial (CGS/DPI) e pela Superintendência Estadual do Maranhão (SE/IPHAN/MA) e contou com a participação de detentores e detentoras de dezesseis bens registrados como patrimônio cultural do Brasil. Como consta no relatório da mesma, precedeu a reunião, no dia 17 de maio, um encontro entre os técnicos do IPHAN responsáveis pelo acompanhamento da salvaguarda dos bens registrados. No encontro, foi apresentado oficialmente o Termo de Referência para os Planos de Salvaguarda, documento produzido pela CGS/DPI a partir da avaliação das experiências de acompanhamento da salvaguarda dos bens registrados como patrimônio cultural. Este Termo de Referência se constitui como orientação para o desenvolvimento de ações após o registro como patrimônio. Da mesma forma, a CGS/DPI apresentou a metodologia para monitoramento e avaliação da política de salvaguarda a ser desenvolvida com a participação dos técnicos do IPHAN e de gestores locais. Ambos os documentos foram apresentados a todos os participantes no decorrer da Reunião.

Durante a Reunião do Maranhão, os detentores e detentoras dos dezesseis bens registrados presentes participaram de uma dinâmica similar àquela desenvolvida no seminário de 2006, em que identificaram situações-problema e fizeram proposições de soluções para as mesmas. A diferença, desta vez, foi que não se tratava apenas de problemas apontados pelos detentores de um único bem registrado, mas sim dos bens registrados como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

A referência à Reunião do Maranhão não só oferece subsídios para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu como corrobora a justificativa de

formalização do documento após praticamente seis anos de registro, como foi explicitado na apresentação deste documento. Na verdade, a construção da política de salvaguarda do patrimônio imaterial se constituiu como um desafio tanto para o Estado quanto para a sociedade civil, representada pelos detentores dos bens registrados e por várias associações e instituições. Foi com base nas experiências de desenvolvimento de ações de salvaguarda em curso, em especial aquelas desenvolvidas nos Pontões de Cultura de Bens Registrados, que a CGS/DPI elaborou os Termos de Referência dos Planos de Salvaguarda, doravante elaborados imediatamente após o registro, como condição para a salvaguarda do patrimônio imaterial.

No cruzamento das informações das três fontes citadas, cinco grandes temas são recorrentes e se evidenciam sobremaneira: **1) A relação com o Estado, em especial nos estados e municípios; 2) A discriminação, decorrente do preconceito racial; 3) A elaboração e gestão de convênios e de projetos e o papel das lideranças comunitárias nesses processos; 4) As condições de vida dos detentores e detentoras dos bens registrados como patrimônio cultural; 5) A necessidade de espaços de articulação, intercâmbio e de trocas entre os detentores dos bens registrados.**

Na relação com o Estado, na Reunião do Maranhão, foram apontados vários problemas relativos à adequação das estruturas e do funcionamento do próprio IPHAN para a gestão da política nacional de patrimônio imaterial, assim como problemas relativos às relações internas entre o Minc e o IPHAN para a gestão da política. Essas questões também têm sido recorrentes nas reuniões de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e serão devidamente incorporadas ao Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu.

O problema da discriminação decorrente do preconceito racial aparece de forma contundente nas três fontes. Em 2006, as lideranças jogueiras nomearam o problema da seguinte forma: *Igrejas evangélicas proíbem festas, tambores, etc; Preconceito contra a prática do jongo*. No relatório da Reunião do Maranhão, ela aparece como a primeira situação-problema identificada pelos detentores e detentoras: *Preconceito (intolerância em todos os aspectos, discriminação, racismo, desrespeito) e intolerância religiosa*. Nas reuniões de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a questão se fez presente em onze de treze reuniões realizadas até o momento, na forma de relato de casos, na forma de debate sobre o desenvolvimento de ações concretas, como oficinas e seminários nas comunidades e em escolas, na forma de debate sobre a

necessidade de inclusão dos jovens das comunidades nos programas das políticas de ação afirmativa.

A questão da elaboração e gestão de convênios e de projetos relaciona-se diretamente às formas de organização das comunidades, ao papel das lideranças e aos modelos de gestão existentes na sociedade e no Estado. Esta questão ganhou presença mais efetiva na vida das comunidades após o processo de patrimonialização e das novas políticas culturais. Ela também se relaciona ao papel dos mediadores culturais e a uma gama de implicações geradas pelas novas possibilidades existentes para as comunidades detentoras de bem registrado a partir do processo de patrimonialização.

As condições de vida de detentores e detentoras de bens registrados também é tema recorrente das fontes citadas e está diretamente relacionada aos sentidos da salvaguarda anteriormente apresentados neste documento. No seminário de 2006, lideranças jongueiras afirmam: *Pobreza e falta de recursos das comunidades; Mestres passam por dificuldades financeiras; Problemas de saúde dos jongueiros velhos; Dificuldades de acesso à infra-estrutura médica*. No relatório da Reunião do Maranhão, a questão é explicitada da seguinte forma: *Desconhecimento, pelo Estado, da realidade sócio-econômica dos detentores dos bens culturais; Dificuldade na realização de ações que viabilizem a sustentabilidade sócio-econômica, ambiental, cultural e jurídica dos bens culturais e de seus detentores; Falta de condições de acesso à cidadania plena pelos detentores dos bens culturais*.

Na experiência do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a necessidade de espaços de articulação, intercâmbio e de trocas entre os detentores dos bens registrados aparece como um dos grandes avanços na primeira etapa do plano de salvaguarda, com a realização de treze reuniões de articulação até o momento que possibilitaram a criação deste espaço e que fortaleceram a manifestação cultural do Jongo/Caxambu, as comunidades integrantes do programa e, conseqüentemente, jongueiros e jongueiras. Além das reuniões de articulação, contribuíram os seminários, oficinas e eventos realizados, que possibilitaram inúmeras formas de encontro e de trocas entre as pessoas. Esta experiência parece estar referenciada em vários pontos do relatório da Reunião do Maranhão, como uma ação bem sucedida e reivindicada por detentores e detentoras de bens registrados. A manutenção desta articulação em rede pelas lideranças das comunidades jongueiras é objeto de preocupação e também de reivindicação após o término do terceiro convênio do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Outra fonte de preocupação é a inclusão de novas lideranças e comunidades nesta rede, o que também foi identificado na Reunião do Maranhão e que está diretamente relacionado à ampliação e à continuidade da política de patrimônio imaterial.

O exercício para a proposição de um plano de salvaguarda que contemple as comunidades jongueiras será feito a partir da organização das soluções apontadas para os problemas identificados nos eixos de ação propostos pelo IPHAN para a construção do plano de salvaguarda, a saber: Produção e Reprodução Cultural; Mobilização Social e Alcance da Política; Gestão Participativa e Sustentabilidade; Difusão e Valorização.

5 – PLANO DE SALVAGUARDA DO JONGO/CAXAMBU: AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO:

Hoje, o jongo assume uma postura política e articuladora de grande importância para os guardiões dessa tradição e para seus novos interlocutores. O jongo é tema atual na universidade através de estudiosos renomados, é Patrimônio Cultural Imaterial e passa pelo processo de Salvaguarda. Estes processos ampliam sua área de atuação e movem verbas, patrocínios e elevam seus praticantes à posição de agentes culturais. O jongo proporciona emprego aos seus seguidores através de projetos e apresentações artísticas, possibilita a transformação social de suas comunidades e rende títulos. Movimentos e ações se confrontam na manifestação do Jongo, não apenas como memória de um passado, mas como agente vivo e presente, que obtém resultados movidos pelo desejo de comunidades que anonimamente resistiam e se vêem hoje em meio a políticas que retiram suas práticas da marginalidade e a colocam no “centro do palco”. (...) Em pleno século XXI, com todas as diferenças de modo e articulação, jongueiros e jongueiras usam seus conhecimentos ancestrais para além da Roda de Jongo, praticando no terreiro da vida sua tradição, através da união das pessoas, grupos, parceiros e ampla diversidade sócio-cultural no ritmo dos toques dos tambus de seus corações para que, juntos, iniciem uma efetiva transformação na sociedade contra as opressões contemporâneas e, ao mesmo tempo, garantindo o privilégio da continuidade de um dos maiores bens que podemos acumular: a certeza de que a resistência contra a segregação e a luta pelo direito à cidade, efetivamente, é um direito de todos. (Alessandra Ribeiro Martins, liderança jongueira de Campinas/SP)

OBJETIVO GERAL:

Propor, desenvolver e articular ações de salvaguarda do *Jongo no Sudeste*, com a participação do Estado, de comunidades jongueiras e de instituições parceiras, a partir dos eixos norteadores dos planos de salvaguarda na política de patrimônio imaterial do país, a saber: Produção e Reprodução Cultural; Mobilização Social e Alcance da Política; Gestão Participativa e Sustentabilidade; Difusão e Valorização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS EM CADA UM DOS EIXOS:

1 – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL:

1.1 - TRANSMISSÃO DE SABERES RELATIVOS AO BEM CULTURAL EM FOCO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Garantir apoio institucional às comunidades jongueiras, especialmente no nível local, para a realização de encontros, eventos, oficinas de transmissão de saberes e para o desenvolvimento de atividades educativas e comunitárias.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Realizar oficinas de transmissão de saberes nas comunidades;
- Valorizar a oralidade e a transmissão de saberes entre os indivíduos;
- Promover ações educativas: promoção de encontros entre comunidades jongueiras, oficinas com mestres, e produção de material didático com participação da comunidade;
- Realizar atividades permanentes na comunidade sobre o registro e a salvaguarda do Jongo/Caxambu como Patrimônio Cultural do Brasil, para motivar, especialmente os jovens, por meio da valorização da comunidade e do trabalho com a auto estima;
- Trabalhar as sugestões de atividades didáticas da Coletânea “O Jongo na Escola”, organizada pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu”, com crianças e jovens das comunidades;
- Solicitar a pesquisadores e mediadores externos que venham a promover oficinas e/ou atividades de transmissão de saberes em comunidades que peçam autorização para registro das mesmas aos mestres;
- Recomendar que atividades de transmissão de saberes realizadas em escolas sejam desenvolvidas pelos próprios mestres ou por integrantes das comunidades jongueiras;
- Elaborar coletivamente um “Termo de Compromisso” que seja utilizado por todas as comunidades sempre que houver a realização de pesquisas nas mesmas, para que pesquisadores se comprometam com o retorno dos resultados de suas pesquisas para as comunidades.

1.2 - OCUPAÇÃO, APROVEITAMENTO E ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Consolidar pequenos centros de referência do Jongo/Caxambu em cada comunidade jongueira, com a promoção de um conjunto de ações (oficinas, reuniões, assessorias, etc) para a garantia da sustentabilidade, com a participação das comunidades e com o apoio e compromisso dos poderes locais, dos estados, e das superintendências estaduais do IPHAN.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Criar, melhorar e/ou finalizar espaços comunitários para os centros de referência do Jongo/Caxambu nas seguintes comunidades que integram o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu:
 - Finalização da sede do Quilombo Santa Rita do Bracuí;
 - Melhorias na sede do Quilombo São José da Serra;
 - Aquisição da casa onde funciona o ponto de cultura do Jongo de Pinheiral, para que a comunidade não tenha mais que pagar o aluguel do espaço;
 - Cessão de sala ao Jongo de Vassouras na Casa do Patrimônio (ET-IPHAN – Médio Paraíba);
- Sensibilizar as prefeituras, quando necessário, para a cessão de imóveis e terrenos para a implantação dos centros de referência, estabelecendo como prioridade, as seguintes comunidades que integram o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu:
 - Cessão pela Prefeitura Municipal de Barra do Piraí de terreno na comunidade à Associação Sementes D'África para a construção do centro de referência do Jongo de Barra do Piraí;
 - Cessão pela Prefeitura Municipal de Miracema de terreno na comunidade do Morro do Cruzeiro à Associação Senzala Caxambu de Miracema, para a construção do centro de referência do Caxambu de Miracema;

- Formalização da cessão de uso da Fazenda Roseira, em Campinas/SP, à Associação Jongo Dito Ribeiro, com base na legislação de patrimônio, fundamentada na ocupação de um equipamento público comunitário por detentores do patrimônio imaterial para a produção e reprodução de um bem registrado, como já ocorre há três com as atividades educativas e culturais desenvolvidas pela Associação naquele espaço, inclusive com a manutenção e conservação do mesmo sem apoio do poder público;
- Cessão de uso pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro do galpão da Capemi ao Jongo da Serrinha, para a construção da Casa do Jongo, em Madureira;
- Aquisição, pela Prefeitura Municipal de Piquete/SP, da casa de Dona Teresinha, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e cessão de uso da mesma ao Jongo de Piquete, para o desenvolvimento das ações do centro de referência do Jongo de Piquete;
- Aquisição, pela Prefeitura Municipal de Guaratinguetá/SP, de uma casa no Bairro do Tamandaré, local de referência do Jongo na cidade e cessão de uso do espaço à Associação Quilombolas do Tamandaré, para o desenvolvimento das ações do centro de referência do Jongo no bairro;
- Aquisição, pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, de imóvel na zona leste da cidade, local de referência do Jongo, e cessão de uso do espaço ao Jongo Mistura da Raça, para o desenvolvimento das ações do centro de referência do Jongo na cidade;
- Cessão, pela Prefeitura Municipal de Pirai/RJ, de espaço para o centro de referência do Jongo de Arrozal.

➤ Construir os centros de referência de forma participativa com a comunidade, respeitando seus processos¹¹.

➤ ¹¹ Em algumas comunidades, há sedes que funcionam como espaços comunitários do Jongo/Caxambu e que podem ser organizadas como centros de referência que atendam à comunidade e à sociedade de forma mais ampla. Em outras comunidades, de acordo com seus processos organizativos e com a tradição familiar do Jongo/Caxambu, os centros de referência podem ser adaptados nas próprias casas de líderes e/ou mestres jogueiros.

- Garantir a articulação entre as superintendências estaduais do IPHAN, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, e instituições parceiras para a constituição e organização do acervo dos centros de referência;
- Garantir apoio ou das superintendências estaduais do IPHAN ou das prefeituras, por intermediação daquelas, para associações e organizações jongueiras, para a manutenção dos centros de referência do jongo nos municípios.

1.3 - APOIO ÀS CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO DOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Apoiar as associações e organizações jongueiras, assim como os grupos informais, no desenvolvimento de suas atividades comunitárias e garantir a articulação em rede das comunidades para a troca de saberes e de experiências, para que os encontros, as rodas de jongo e as redes se ampliem e fortaleçam.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Manter as reuniões da rede de lideranças jongueiras e propor a participação de novas lideranças, assim como a articulação de uma rede de jovens lideranças, com o apoio das superintendências estaduais do IPHAN, do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, das secretarias estaduais e municipais de cultura;
- Garantir a realização anual dos Encontros de Jongueiros, conforme recomendação contida no Inventário do Jongo no Sudeste, por meio de financiamento público e da realização de parcerias institucionais para a sua manutenção;
- Apoiar eventos e festividades realizadas pelas comunidades jongueiras;
- Discutir com estados e municípios a garantia de transporte para a participação em eventos e para a realização de atividades, lembrando que a questão do transporte é um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades, seja pela falta de apoio das prefeituras, seja pelas péssimas condições de transporte existentes em municípios do interior, o que muitas vezes inviabiliza a execução de ações pelas comunidades e fere diretamente os direitos de cidadania;
- No caso de comunidades não atendidas diretamente por transporte público em suas localidades, como são os casos dos quilombos São José da Serra e Santa Rita do Bracuí, providenciar a compra de pelo menos um carro de médio porte

para cada comunidade (tipo van) para atender as mesmas em suas atividades cotidianas;

- Garantir o acesso das comunidades jongueiras a ações sistemáticas e regulares das superintendências estaduais do IPHAN para a salvaguarda do *Jongo no Sudeste*, como forma de consolidação da política nacional de patrimônio imaterial e de apoio às comunidades, inclusive com previsão orçamentária anual para o aporte de recursos ao desenvolvimento de projetos, ações e iniciativas das comunidades jongueiras.

1.4 - ATENÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL E AOS DIREITOS COLETIVOS.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Garantir o debate qualificado sobre propriedade intelectual, direitos coletivos, e direitos autorais às lideranças jongueiras articuladas em rede, assim como assessoria jurídica sempre que necessário.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Aprofundar o debate sobre propriedade intelectual e direitos coletivos na rede de comunidades jongueiras, com o convite a especialistas nos temas para o debate com as lideranças;
- Discutir, de forma crítica, a participação e o papel dos mediadores nas comunidades (produtores e animadores culturais, políticos, pesquisadores, agentes governamentais e não governamentais, artistas, etc.) e os usos e apropriações que fazem dessas participações, pois a sua atuação, em alguns casos, contraria os interesses dos detentores e produtores diretos dos bens culturais;
- Estimular a participação direta dos detentores em equipes de pesquisa, fóruns diversos e instâncias do mercado cultural.

2 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA:

2.1 – PESQUISAS, MAPEAMENTOS, INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS:

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Ampliar as ações do Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu para novos grupos já identificados, assim como proceder à identificação de outros grupos.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Garantir a realização de pesquisa permanente após o registro;
- Promover ações de formação para que os grupos detentores possam realizar inventários, pesquisas e continuar com ações de produção de conhecimento em suas próprias comunidades, como forma de registro e documentação, e em outras comunidades, como forma de aproximação para a inclusão no plano de salvaguarda. Recomenda-se a aproximação com as comunidades de São Paulo (Cunha, Lagoinha, Taubaté e São Luís do Paraitinga) e com as comunidades de Minas Gerais;
- Criar procedimentos que assegurem o reconhecimento de grupos, comunidades e segmentos detentores dos bens culturais identificados após o registro.
- No caso do Espírito Santo, organizar as ações do plano de salvaguarda com as comunidades já identificadas com a Superintendência Estadual, com a Secretaria de Estado de Cultura, e com secretarias municipais de cultura, sob a coordenação da CGS/DPI/IPHAN.

2.2 – ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA INTEGRADA

RELAÇÃO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS E INTERSETORIALIDADE DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Informar, capacitar e comprometer estados e municípios na política de patrimônio imaterial do país, para que possam se adequar à mesma e contribuir para a garantia de direitos aos detentores do patrimônio cultural de natureza imaterial.
- Criar canais de diálogo entre as prefeituras e as comunidades jogueiras para diminuir a “sensação de favor” destas e gerar ações efetivas de apoio à cultura e

ao patrimônio por parte daquelas, para que o apoio dado pelas prefeituras ultrapasse os limites do lanche e do ônibus eventual para a participação em um evento e seja condizente com o apoio necessário a um patrimônio cultural do país;

- Sensibilizar estados e municípios para que também registrem o Jongo/Caxambu como patrimônio cultural, como forma de reconhecimento e valorização da manifestação cultural e de descentralização e fortalecimento da política de patrimônio imaterial;
- Discutir com os municípios a necessidade do acesso democrático de jongueiros e jongueiras aos conselhos municipais de cultura, para que tenham participação ativa nos processos de discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas culturais em seus municípios de origem;
- Articular a política de salvaguarda do patrimônio imaterial com outras políticas setoriais para a ampliação e garantia de direitos das comunidades jongueiras e, conseqüentemente, para o melhor desenvolvimento das ações do plano de salvaguarda, como, por exemplo, as políticas da Fundação Palmares, da SEPIR, do MDA e do INCRA, no caso das comunidades quilombolas.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Promover capacitação periódica de servidores e gestores dos quatro estados da região sudeste e de secretarias municipais sobre a política de salvaguarda, que deve ser realizada conjuntamente pelo IPHAN e detentores dos bens culturais. Recomenda-se a realização do programa “Balaios do Patrimônio” pelo IPHAN e por jongueiros e jongueiras nos quatro estados e nos municípios que possuam Jongo/Caxambu;
- Articulação do IPHAN e detentores com outras instituições das três esferas governamentais – dentro e fora da esfera das políticas culturais – para a execução dos planos de salvaguarda dos bens registrados e conquista da cidadania;
- Articular a agenda do Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu na pauta dos conselhos estaduais e municipais de cultura/patrimônio;
- Aproximar as superintendências estaduais do IPHAN dos conselhos estaduais e municipais de cultura para a discussão e acompanhamento das ações do Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu;

- Realização, pelo IPHAN, de campanhas efetivas de divulgação do patrimônio imaterial nos estados e municípios.

O PATRIMÔNIO IMATERIAL NO IPHAN:

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Consolidar a política de patrimônio imaterial no IPHAN, não só no nível central, mas em todas as superintendências estaduais, como parte importante e institucionalizada da política de patrimônio cultural do país, para que se torne efetivamente uma política pública de Estado.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Difundir a especificidade da política de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial dentro do próprio IPHAN;
- Comprometer as superintendências estaduais na observação dos instrumentos e procedimentos criados pelo DPI para o inventário, registro e salvaguarda do patrimônio imaterial, de forma que a política de Patrimônio Imaterial se institucionalize em todas as superintendências do IPHAN, inclusive com a criação de estrutura, corpo técnico, e dotação orçamentária para o desenvolvimento das ações;
- Contribuir para a efetivação do Sistema Nacional de Patrimônio nos estados e municípios em que há a presença do Jongo/Caxambu;
- Afinar a atuação do DPI com as secretarias do Minc e com as demais vinculadas para organizar ações integradas de salvaguarda do patrimônio imaterial;
- Elaborar Plano de Ação entre a SCC/Minc e o IPHAN para identificar iniciativas que podem ser integradas, bem como para a criação de novas iniciativas;
- Adequar as estruturas administrativas do IPHAN, no DPI e das superintendências estaduais, e suas normas, à realidade dos bens culturais imateriais, como forma de facilitar o desenvolvimento e o financiamento de ações;
- Adequar as estruturas jurídicas do IPHAN, no DPI e nas superintendências estaduais, para o assessoramento e a proteção dos bens culturais imateriais e de seus detentores de apropriações políticas, turísticas, comerciais, etc;
- Realizar concursos públicos para atender à crescente demanda de técnicos na área do patrimônio imaterial.

3 – GESTÃO PARTICIPATIVA E SUSTENTABILIDADE:

3.1 - APOIO À CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO COMITÊ GESTOR E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Constituir uma **Comissão de Apoio ao Plano de Salvaguarda do Jongo**, com distintos parceiros tais como, representantes das prefeituras, representantes das secretarias de cultura estaduais e municipais, representantes de outras instituições de ensino e de interesses a fim com a realização de reuniões com periodicidade semestral, a ser convocada/mobilizada pelo DPI- Iphan.

3.2 - GERAÇÃO DE RENDA E AMPLIAÇÃO DE MERCADO COM BENEFÍCIO EXCLUSIVO DOS PRODUTORES PRIMÁRIOS DOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aprofundar, com o IPHAN e com instituições parceiras, o debate sobre a salvaguarda do Jongo/Caxambu e questões que a envolvem, como a questão da sustentabilidade das ações desenvolvidas pelas comunidades.
- Discutir as condições de vida de jongueiros e jongueiras e as possibilidades de alcance da política de patrimônio imaterial em contribuir para a melhoria das mesmas, não apenas com o acesso ao mercado de bens materiais, mas, especialmente, ao mercado de bens simbólicos, com a ampliação de acesso aos direitos de cidadania de jongueiros e jongueiras, com atenção particular aos jovens.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Realizar, periodicamente, diagnósticos sócio-econômicos para sistematização das demandas a serem tratadas por políticas públicas específicas, que promovam a qualidade de vida dos detentores;
- Integrar às ações de salvaguarda a dimensão sócio-econômica relativa ao modo de vida dos detentores;
- Promover programa de educação previdenciária para os praticantes de ofícios tradicionais em idade de contribuição;

- Encaminhar discussão sobre benefício previdenciário específico voltado para indivíduos idosos praticantes de ofícios tradicionais em situação de vulnerabilidade social;
- Formar detentores para a elaboração e gestão de projetos;
- Estimular os grupos a estabelecerem convênios com outras entidades governamentais;
- Promover o entendimento das leis que regem os convênios por todas as partes envolvidas (IPHAN, gestores, detentores);
- Habilitação das entidades da sociedade civil para lidarem com leis e normas;
- Empenho governamental no sentido da desburocratização dos processos necessários para a gestão de convênios;
- Buscar conhecer experiências e jurisprudências que permitam a desburocratização dos procedimentos por outros órgãos.

4 – DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO:

4.1 - EDIÇÕES/PUBLICAÇÕES/DIFUSÃO SOBRE O UNIVERSO CULTURAL EM FOCO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Dar continuidade às ações de difusão e divulgação do Jongo/Caxambu desenvolvidas na primeira etapa do plano de salvaguarda, por meio de publicações e da realização de eventos.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Manter a produção de material didático em consonância com as políticas e programas educacionais (LDB, Lei 11.645/08);
- Publicar um livro-CD de pontos tradicionais das comunidades jongueiras;
- Publicar um livro-CD de pontos inéditos das comunidades;
- Realizar anualmente o Encontro de Jongueiros;
- Capacitar as comunidades jongueiras nas linguagens e equipamentos audiovisuais que garantam a manutenção de seus acervos e a edição de material de difusão e divulgação do Jongo/Caxambu;
- Incentivar a produção de documentários pelas comunidades jongueiras.

4.2 - CONSTITUIÇÃO, CONSERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS SOBRE O UNIVERSO CULTURAL EM FOCO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Apoiar as comunidades jongueiras na criação dos centros de referência em cada comunidade, assim como no tratamento, conservação e disponibilização do acervo que já possuem, além da capacitação em novas tecnologias para o registro constante de suas ações e ampliação do acervo.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Oferecer oportunidades de qualificação no uso e novas tecnologias a jongueiros e jongueiras;
- Oferecer acesso a equipamentos adequados ao desenvolvimento e manutenção de acervos;
- Oferecer oportunidade de qualificação quanto à organização, conservação e disponibilização de acervos.

4.3 - AÇÃO EDUCATIVA PARA ESCOLAS E SEGMENTOS SOCIAIS

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Atuar junto aos estados e municípios para que assumam os seguintes compromissos com a educação: educação para as relações étnico-raciais em todas as escolas; cumprimento da lei 11.645/2008 em todas as escolas; educação patrimonial em todas as escolas.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS:

- Pautar as questões relativas à educação para as relações etnicorraciais e à educação patrimonial em todas as ações desenvolvidas junto aos estados e municípios;
- Combater o racismo institucional e outras formas de preconceito na Administração Pública;
- Ampliar as discussões sobre preconceito e intolerância religiosa nas comunidades jongueiras e em fóruns de discussão;
- Difundir as leis específicas que tratam do racismo e da intolerância religiosa no Brasil;

- Divulgar mecanismos de apoio jurídico às comunidades que tiverem sido alvo de ações de discriminação;
- Incentivar o acesso e contribuir para a permanência de jovens jongueiras e jongueiros nas universidades por meio de políticas de Ação Afirmativa, como a modalidade de cotas para negros nas universidades e Programa Universidade para Todos.

Subscvem este documento as lideranças jongueiras que assinam a carta de apresentação do mesmo à Coordenação Geral de Salvaguarda, do Departamento de Patrimônio Imaterial/IPHAN, reunidas na 14ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 17 de dezembro de 2011.¹²

¹² **Coordenação dos grupos de trabalho para elaboração do plano de salvaguarda do *Jongo no Sudeste*, sistematização e organização do material e redação final do documento realizada por Elaine Monteiro e Mônica Sacramento, da equipe de coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Trabalho desenvolvido entre os meses de maio a dezembro de 2011, na 11ª, 12ª, 13ª e 14ª reunião de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.**

Referências Bibliográficas:

ABREU, M., SOIHET, R & GONTIJO R. (orgs) (2007) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe (2007) *Jongos, registros de uma história* in LARA, S.H. e PACHECO, G. *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro, Folha Seca; Campinas, SP, CECULT.

_____ (orgs). (2008) *Pelos Caminhos do Jongo: História, Memória e Patrimônio*. Niterói: UFF. Neami.

BERNARDO, Délcio J. e SACRAMENTO, Mônica. (2009) “*Relatório de Atividades: Oficina Identidade Negra*”. Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Niterói. (mimeo)

IPHAN. (2010) *Relatório I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil*. Departamento de Patrimônio Imaterial, Coordenação Geral de Salvaguarda, Brasília. (mimeo)

FALCÃO, A. Plano de Salvaguarda do Jongo - Relatório da 1ª reunião com as comunidades e lideranças jongueiras, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular / CNFCP / IPHAN, novembro de 2006 (mimeo).

IPHAN, Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, in <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>, consultado na internet em 30/11/2008.

MARTINS, Alessandra Ribeiro (2011). O Jongo na Casa Grande – Articulação e Resistência na Periferia de Campinas/SP. Texto apresentado no VII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3 a 5 de agosto, Salvador, BA.

MONTEIRO, Elaine. *Balanco Provisório do Processo de Patrimonialização no Campo do Patrimônio Imaterial no Brasil: a Experiência do Jongo no Sudeste*. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307680676_ARQUIVO_BALANCOPROVISORIODOPROCESSODEPATRIMONIALIZACAONOCAMPODOPATRIMONIOIMATERIALNOBRASILAEXPERIENCIADOJONGONOSUDEST.pdf.

_____ e SACRAMENTO, Mônica. *Pontão de Cultura de Bem Registrado e Salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste*. Texto apresentado no Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis – 01 a 07 de Junho de 2010. Rio de Janeiro – Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/10-ELAINE_MONTEIRO.1.pdf

_____ *Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: Ação Coletiva e Identidade Negra em Comunidades Tradicionais*. Trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto – 4 a 9 de fevereiro de 2009. Universidade do Minho – Portugal.

VIANNA, L. (2008) *Inventário Nacional de Referências Culturais. Dossiê 5: Jongos do Sudeste*. Brasília: IPHAN.

Anexo 1

Quadro 1 – Cronologia dos Encontros de Jongueiros e de fatos importantes que marcam a articulação das comunidades jongueiras e o reconhecimento do Jongo/Caxambu como Patrimônio Cultural do Brasil.

1996	Os jongueiros de Santo Antônio de Pádua e de Miracema e o Prof. Hélio Machado de Castro (UFF) realizam o I Encontro de Jongueiros em Campelo, distrito de Santo Antônio de Pádua, Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Motivo: Falecimento de Dona Sebastiana, Mestre do Caxambu de Pádua, em 1995. O Encontro de Jongueiros é realizado como um projeto de Extensão da UFF e conta apenas com recursos comunitários e pequenas doações.
1997	Realização do II Encontro de Jongueiros, em Miracema, município vizinho da Pádua, nos mesmos moldes do primeiro.
1998	III Encontro de Jongueiros, em Santo Antônio de Pádua, nos mesmos moldes dos dois encontros anteriores.
1999	IV Encontro de Jongueiros, na Lapa, Centro da Cidade do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores / Novos grupos participam.
2000	V Encontro de Jongueiros, em Angra dos Reis, Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores/ Criação da Rede de Memória do Jongo/Caxambu
2001	VI Encontro de Jongueiros, em Valença, Vale do Paraíba, Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores.
2002	VII Encontro de Jongueiros, em Pinheiral, Vale do Paraíba, Sul do Estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes dos anteriores. Solicitação de reconhecimento do jongo como patrimônio cultural por comunidades jongueiras
2003	VIII Encontro de Jongueiros, Guaratinguetá, Estado de São Paulo, Vale do Paraíba, nos mesmos moldes dos anteriores. Início do Inventário do Jongo do Sudeste
2004	IX Encontro de Jongueiros, na Lapa, Centro da Cidade do Rio de Janeiro. (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira).
2005	X Encontro de Jongueiros, Santo Antônio de Pádua (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira); Registro do Jongo como Patrimônio Imaterial do Brasil
2006	XI Encontro de Jongueiros, no Quilombo São José da Serra, em Valença, Vale do Paraíba, Sul do Estado do Rio de Janeiro (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira); Seminário no CNFCP com comunidades jongueiras para elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo / Atividades regionais das comunidades jongueiras.
2007	Oficinas de elaboração de projetos para comunidades jongueiras no CNFCP como ação de salvaguarda / Debate sobre Pontão de Cultura como ação de salvaguarda entre comunidades jongueiras, IPHAN, UFF, organizações parceiras e consultores / Discussão e elaboração do projeto do Pontão de Cultura.
2008	Início das atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; XII Encontro de Jongueiros, em Piquete, Estado de São Paulo, Vale do Paraíba (Patrocinado por uma grande empresa estatal brasileira). Realização da Noite do Jongo (Barra do Pirajá) em homenagem aos Mestres Jongueiros.
2009	Participação no I Encontro Capixaba de Jongs e Caxambus – ES
2010	I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados, realizada em São Luís (MA) Realização da Noite do Jongo (Vassouras) – Juventude Jongueira I Encontro de Jongueiros do Vale – São José dos Campos
2011	II Encontro de Jongueiros do Vale – Guaratinguetá/SP Dia 26 de julho: criação do Dia Estadual do Jongo no Rio de Janeiro.

Anexo 2

Participantes da elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste:

11ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

- Apresentação de documento preliminar para elaboração do Plano de Salvaguarda para ser trabalhado na 12ª Reunião de Articulação.

Lista de Presença:

Comunidades Jongueiras	
Nome	Localidade
Adriana da Penha e Maria Luiza Marmello da Silva	Serrinha-RJ
Alessandra Ribeiro Martins e Leonardo Augusto Felizardo	Campinas-SP
Angélica Souza Pinheiro e Luciana Adriano da Silva	Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis-RJ)
Antônio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão) e Iracy Gonçalves Fernandes	Quilombo São José (Valença-RJ)
Antônio Faria Thomaz (Nico) e Maria das Graças Caetano	Santo Antônio de Pádua-RJ
Arlindo Olegário e Maria das Dores Ferreira da Silva	Carangola-MG
Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa e Cosme Aurélio Medeiros	Barra do Piraí-RJ
Viviane Mariano de Oliveira	Miracema/RJ.
Joaquim Raimundo Ramos e Paulo Henrique do Nascimento	Porciúncula-RJ
Regina Gabriela E. dos Goecochea e Erica Cristina dos Santos	Piquete-SP
Jeferson Alves de Oliveira (Jefinho) e Roseane Aparecida dos Santos Luciano	Guaratinguetá-SP
Luciana dos Santos de Carvalho e Márcia dos Santos Cunha	São José dos Campos-SP
Edgar Camilo	Arrozal – RJ

Luiz Carlos Rodrigues dos Santos e Roselene Rodrigues dos Santos	Vassouras-RJ
Maria de Fatiam da Silveira Santos	Pinheiral - RJ
Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu	
Elaine Monteiro, Mônica Sacramento, e Paulo Rogério da Silva	Equipe de Coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Izabella Neves Alvarez Cristhina Ramos	Secretaria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Luciana Leonardo da Silva, Luana da Silva Oliveira e André Sobrinho.	Equipe de Assessoria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Rodrigo Rios Lima e Andrievie Martins Santos de Paula	Bolsistas do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Serviço Social
Mariana Nery	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Produção Cultural.
Mariana Moreira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Comunicação Social
Emanuela Belgone de Caeres Carneiro Carolina Pazos Pereira	Equipe de Audiovisual
Consultores e Parceiros	
Paulo César Rodrigues Carrano	Universidade Federal Fluminense, Coordenador do Observatório Jovem-UFF
Aline Miceli	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-ES.
Maria Cristina N. M. Silva	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Mônica da Costa	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Rebecca Velloso de Luna Guidi	CNFCP- IPHAN (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular- IPHAN)
Délcio José Bernardo	Consultor do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

David Nascimento	Estagiário IPHAN/RJ
Tereza Paiva-Chaves	Departamento de Patrimônio Imaterial – IPHAN
Simone Toji	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-SP.

12ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

- Grupos de trabalho para discussão das ações gerais de salvaguarda (05 grupos).
- Relato dos grupos.
- Grupos de trabalho para discussão das ações específicas de salvaguarda em cada estado da região sudeste com representantes das superintendências estaduais.
- Relato dos grupos.

Lista de Presença:

Comunidades Jongueiras	
Nome	Localidade
Adriana da Penha e Maria Luiza Marmello da Silva	Serrinha-RJ
Maria Alice Ribeiro e Vanessa Dias	Campinas-SP
Angélica Souza Pinheiro e Luciana Adriano da Silva	Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis-RJ)
Antônio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão) e Iracy Gonçalves Fernandes	Quilombo São José (Valença-RJ)
Antônio Faria Thomaz (Nico) e Maria das Graças Caetano	Santo Antônio de Pádua-RJ
Arlindo Olegário e Maria das Dores Ferreira da Silva	Carangola-MG
Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa e Cosme Aurélio Medeiros	Barra do Pirai-RJ
Leonardo Coleta Lima	Miracema/RJ.
Jeferson Luis Rodrigues e Paulo Henrique do Nascimento	Porciúncula-RJ
Gilberto Augusto da Silva e Elida Cristina de Castro da Silva	Piquete-SP

Jeferson Alves de Oliveira (Jefinho) e Roseane Aparecida dos Santos Luciano	Guaratinguetá-SP
Laudeni de Souza e Márcia dos Santos Cunha	São José dos Campos-SP
Edgar Camilo e Maria Alice Nogueira da Silva	Arrozal – RJ
Luiz Carlos Rodrigues dos Santos	Vassouras-SP
João Paulo Silveira dos Santos e Ana Cláudia da Silva	Pinheiral - RJ
Niecina Ferreira de Paula Silva	Cachoeiro de Itapemirim - ES
Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu	
Elaine Monteiro, Mônica Sacramento, e Paulo Rogério da Silva	Equipe de Coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Izabella Neves Alvarez Cristhina Ramos	Secretaria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Luciana Leonardo da Silva, Luana da Silva Oliveira e Rodrigo Rios Lima	Equipe de Assessoria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Andrieve Martins Santos de Paula	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Serviço Social
Mariana Nery	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Produção Cultural.
Mariana Moreira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Comunicação Social
Carolina Pazos Pereira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de História
Consultores e Parceiros	
Diva Maria Freire Figueiredo	Superintendente Estadual do IPHAN-ES.
Aline Miceli	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-ES.
Maria Cristina N. M. Silva	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Mônica da Costa	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Rebecca Velloso de Luna Guidi	CNFCP- IPHAN (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular- IPHAN)

Raquel Dias Teixeira	CNFCP- IPHAN (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular- IPHAN)
David Nascimento	Estagiário IPHAN/RJ
Tereza Paiva-Chaves	Departamento de Patrimônio Imaterial – IPHAN
Simone Toji	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-SP.

13ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

- Apresentação de nova proposta de redação do documento a partir da sistematização do trabalho realizado na 12ª Reunião de Articulação.
- Grupos de trabalho por estado (RJ e SP) para discussão do novo documento proposto.
- Relato dos Grupos
- Sistematização das sugestões e modificações feitas pelos grupos.

Lista de Presença:

Comunidades Jongueiras	
Nome	Localidade
Adriana da Penha e Maria Luiza Marmello da Silva	Serrinha-RJ
Alessandra Ribeiro Martins e Vanessa Dias	Campinas-SP
Angélica Souza Pinheiro e Luciana Adriano da Silva	Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis-RJ)
Antônio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão) e Iracy Gonçalves Fernandes	Quilombo São José (Valença-RJ)
Antônio Faria Thomaz (Nico) e Maria das Graças Caetano	Santo Antônio de Pádua-RJ
Maria das Dores Ferreira da Silva	Carangola-MG
Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa e Cosme Aurélio Medeiros	Barra do Piraí-RJ
Bárbara Cristina da Silva Pereira	Miracema/RJ.
Jeferson Luis Rodrigues	Porciúncula-RJ
Gilberto Augusto da Silva e Elida Cristina de Castro da Silva	Piquete-SP

Jeferson Alves de Oliveira (Jefinho) e Roseane Aparecida dos Santos Luciano	Guaratinguetá-SP
Laudeni de Souza e Márcia dos Santos Cunha	São José dos Campos-SP
Maria de Fatiam da Silveira Santos e João Paulo da Silveira Santos	Pinheiral - RJ
Edgar Camilo e Edione Vieira	Arrozal – RJ
Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu	
Elaine Monteiro, Mônica Sacramento, e Paulo Rogério da Silva	Equipe de Coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Izabella Neves Alvarez	Secretaria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Luciana Leonardo da Silva, Luana da Silva Oliveira e Rodrigo Rios Lima	Equipe de Assessoria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Andrievie Martins Santos de Paula	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Serviço Social
Mariana Nery	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Produção Cultural.
Mariana Moreira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Comunicação Social
Carolina Pazos Pereira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de História
Consultores e Parceiros	
Maria Cristina N. M. Silva	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Mônica da Costa	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Raquel Dias Teixeira	CNFCP- IPHAN (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular- IPHAN)
Karina Fátima G. de Souza	Estagiário IPHAN/RJ
Rodrigo N. de C. Dantas	Estagiário IPHAN/RJ

14ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

- Debate em plenária e votação da proposta final do documento previamente enviada a todos.

Lista de Presença:

Comunidades Jongueiras	
Nome	Localidade
Adriana da Penha e Maria Luiza Marmello da Silva	Serrinha-RJ
Alessandra Ribeiro Martins e Vanessa Dias	Campinas-SP
Angélica Souza Pinheiro e Luciana Adriano da Silva	Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis-RJ)
Antônio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão) e Iracy Gonçalves Fernandes	Quilombo São José (Valença-RJ)
Antônio Faria Thomaz (Nico) e Maria das Graças Caetano	Santo Antônio de Pádua-RJ
Maria das Dores Ferreira da Silva	Carangola-MG
Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa e Cosme Aurélio Medeiros	Barra do Pirai-RJ
Jucilene Santos	Miracema/RJ.
Jeferson Luis Rodrigues e Elinalva Raimundo da Silva Ramos	Porciúncula-RJ
Gilberto Augusto da Silva e Elida Cristina de Castro da Silva	Piquete-SP
Jeferson Alves de Oliveira (Jefinho) e Roseane Aparecida dos Santos Luciano	Guaratinguetá-SP
Laudeni de Souza e Márcia dos Santos Cunha	São José dos Campos-SP
Edgar Camilo e Edione Vieira	Arrozal – RJ
Luiz Carlos Rodrigues dos Santos e Luanda Mariano Rodrigues dos Santos	Vassouras - RJ
Maria de Fatiam da Silveira Santos e João Paulo da Silveira Santos	Pinheiral - RJ
Niecina Ferreira de Paula Silva	Cachoeiro de Itapemirim – ES

Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu	
Elaine Monteiro, Mônica Sacramento, e Paulo Rogério da Silva	Equipe de Coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Izabella Neves Alvarez	Secretaria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Luciana Leonardo da Silva, Luana da Silva Oliveira e Rodrigo Rios Lima	Equipe de Assessoria do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Andriève Martins Santos de Paula	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Serviço Social
Mariana Nery	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Produção Cultural.
Mariana Moreira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de Comunicação Social
Carolina Pazos Pereira	Bolsista do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Curso de História
Consultores e Parceiros	
Maria Cristina N. M. Silva	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Mônica da Costa	Técnica da Superintendência Estadual do IPHAN-RJ
Karina Fátima G. de Souza	Estagiário IPHAN/RJ
Davi Nascimento	Estagiário IPHAN/RJ

Anexo 3

Vídeo “ Vida ao Jongo”